



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 080 - SÁBADO, 21 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS		
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 4 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - PSDB (9) Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (8) Paulo Bauer (7) Flexa Ribeiro (6) Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5) PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 78ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MAIO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão especial na próxima segunda-feira, dia 23, às 11 horas, destinada a comemorar os 70 anos da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, nos termos dos Requerimentos nºs 392 e 409, de 2011, dos Senadores José Pimentel, Eunício Oliveira e outros Srs. Senadores. 17652

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007..... 17652

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 382, de 2011, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave em obra que menciona. 17653

1.2.3 – Pareceres

Nºs 304 a 311, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 639, 642, 645, 646 e 647, de 2010; e 74, 78 e 104, de 2011..... 17654

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro de que a cidade de Caxias do Sul/RS sediará um aeroporto regional; e outros assuntos..... 17686

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Apelo ao governo federal para que sejam tomadas providências a fim de reduzir as desigualdades regionais. 17693

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apresentação de propostas para a reforma política. 17696

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Defesa da ampliação dos instrumentos de participação popular no processo político; e outros assuntos.... 17701

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 78ª Sessão, Não Deliberativa em 20 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim.

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 9 minutos, e encerra-se às 10 horas e 49 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se dia 23, segunda-feira, às 11 horas, destinada a comemorar os setenta anos de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil, de acordo com os **Requerimentos nºs 392 e 409, de 2011**, dos Senadores José Pimentel, Eunício Oliveira e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2007**, do Senador Wilson Matos, que *altera a inciso I do art.*

24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para aumentar a carga horária mínima anual nos níveis fundamental e médio.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu do Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, no exercício da Presidência, o **Aviso nº 382-GP/TCU, de 2011**, na origem, informando que foram constatados indícios de irregularidade grave na obra que menciona.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 21 de maio do corrente.

O Aviso vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o aviso:

Aviso nº 382 -GP/TCU

Brasília, 19 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 99 da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO 2011), informo a Vossa Excelência que, no decorrer das fiscalizações realizadas pelo TCU no presente exercício, foram constatados indícios de irregularidade grave na seguinte obra:

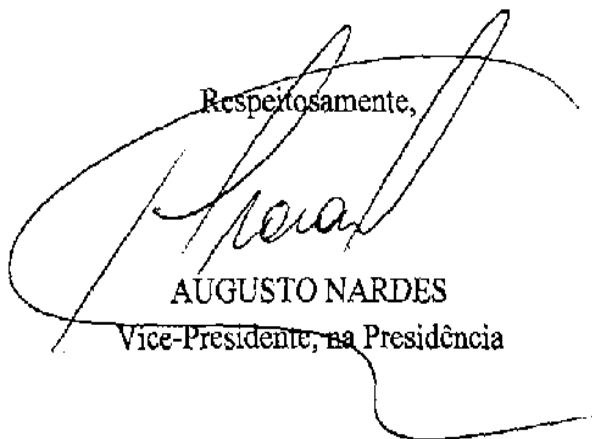
- Construção Barragem Oiticica / RN (processo nº TC 002.575/2011-6);

Por oportuno, esclareço que o relatório de auditoria do mencionado empreendimento encontra-se, desde já, disponível no *site* deste Tribunal (www.tcu.gov.br). O acesso às informações será permitido apenas para os usuários portadores de senha, conforme procedido no exercício passado.

Para tanto, informo que a operacionalização do processo de concessão ou atualização de senhas poderá ser realizada mediante contato da área de informática do Congresso Nacional com a Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic) deste Tribunal e que a referida página será atualizada de forma a conter as deliberações que vierem a ser proferidas em decorrência das auditorias.

Por fim, registro que esta Corte de Contas encontra-se à disposição de Vossa Excelência para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respeitosamente,



AUGUSTO NARDES

Vice-Presidente, na Presidência

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB

São lidos os seguintes:

– RR) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

PARECER

Nº 304, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2010 (nº 2.487/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 639, de 2010 (nº 2.487, de 2010, na origem), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.*

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 899, de 4 de novembro de 2009, solicitando a apreciação da matéria.

A mensagem presidencial traz anexa Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O presente Acordo tem como objetivo promover valores *culturais e estreitar o entendimento e a cooperação* existentes entre Brasil e Uzbequistão. Convencidos de que a cooperação cultural contribui significativamente para fortalecer os laços de amizade e o entendimento mútuo entre os países, as Partes acordaram em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

O tratado em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, após passar pelo crivo das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, ele foi distribuído à esta Comissão em 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 28 de abril de 2011.

II – ANÁLISE

O tratado, composto de 14 artigos, objetiva fortalecer a cooperação entre os respectivos Estados no campo cultural. Cuida-se de instrumento bastante abrangente que compreende intercâmbio de experiências nos seguintes domínios: literatura, artes visuais, música, teatro, dança, cinema, museus e arquivos.

O ato internacional em apreço visa, ainda, a estimular contatos diretos entre museus, bem assim troca de experiências nos campos da restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural.

O art. 14, 2, estabelece que o acordo tem validade de cinco anos, sendo automaticamente renovado por igual período, salvo notificação prévia, por escrito, de uma das Partes de seu desejo de denunciá-lo. O mesmo dispositivo, em sua alínea 3, prescreve que o “Acordo pode ser emendado, de comum acordo entre as Partes, por via diplomática”. No ponto, é prudente recordar que caso eventual emenda “acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, ela deverá ser submetida à chancela congressional. É o que determina a Constituição Federal (art. 49, 1)

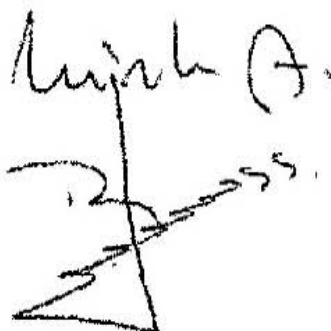
Essas as circunstâncias, consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Acrescentamos, por fim, que a proposição não apresenta vícios de regimentalidade.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2010.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente



, Relator

Relator ad hoc

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 639, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO
SENHORES SENADORES:

DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR BLAIRO MAGGI	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARRAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 305, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2010 (nº 2.488/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 615, de 18 de agosto de 2008, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 2.488, de 2010, decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise por sua Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O referido ato internacional, encaminhado pela Mensagem nº 909, de 2009, do Poder Executivo, foi recebido pela Primeira Secretaria da

Câmara dos Deputados em 20 de novembro de 2009 tendo o projeto de decreto legislativo derivado sido aprovado pelo Plenário daquela casa em 18 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 642, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, posteriormente, ao relator signatário em 28 de abril de 2011. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre Brasil e Uzbequistão que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e desenvolvimento sócio-econômico dos dois países, com ênfase no desenvolvimento sustentável, por meio da colaboração entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos institucionais necessários.

O acordo estabelece áreas prioritárias para o desenvolvimento da cooperação, consideradas prioritárias pelas Partes: educação; saúde; proteção ambiental; serviços de utilidade; gestão de recursos hídricos; inovação tecnológica; agricultura; energia e telecomunicação. Ademais destas, outras áreas podem ser definidas pelas Partes para a cooperação.

O Artigo II autoriza as Partes a se beneficiarem de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organismos internacionais ou agências regionais.

Os projetos de cooperação técnica serão desenvolvidos por meio de Programas Executivos, que definirão as instituições executoras, órgãos coordenadores e os componentes necessários à sua implementação. Destes projetos poderão participar instituições dos setores público e privado, bem como as organizações não-governamentais. Às Partes é permitido buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

Os Artigos V, VI e VII determinam regras relativas à divulgação de documentos, informações e outros conhecimentos obtidos pelas Partes em virtude da implementação do Acordo em pauta e à remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado. Segundo o Artigo VIII, o pessoal enviado de um

país a outro em decorrência da execução de projetos acordados no âmbito do presente Acordo estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no território do país anfitrião. O Artigo IX isenta de taxas, impostos e demais gravames de importação e exportação os bens e equipamentos fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos.

O ato internacional em exame apresenta, ainda, disposição que prevê a possibilidade de sua emenda, desde que por mútuo consentimento das Partes, bem como os dispositivos de praxe sobre solução de controvérsias, vigência (cinco anos) e denúncia.

Na Exposição de Motivos nº 278, de 27 de julho de 2009, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, assinala-se a importância do acordo celebrado entre Brasil e Uzbequistão, por atender a disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo de forma a estimular o desenvolvimento social e econômico dos dois países.

Destaca o informe ministerial que a cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países.

O Acordo terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das Partes (Artigo XII).

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça o relacionamento do Brasil com a República do Uzbequistão, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2010.

Sala da Comissão, em 19 de maio de 2011.

Luiz A. , Presidente
[Assinatura] , Relator
[Assinatura] Relator ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 642, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fcd</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR BLAIRO MAGGI	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>Blairo Maggi</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antonio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 306, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2010 (nº 2.645/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 645, de 2010, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.*

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 80, de 1º de março de 2010, que solicita a apreciação da matéria.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 18 de novembro de 2010, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que tramitou, ainda, pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que destaca que o Acordo fixa um marco geral com o fim de ordenar, fortalecer e incrementar as relações entre as Partes signatárias no campo cultural.

II – ANÁLISE

Trata-se de ato internacional destinado a fortalecer e desenvolver a cooperação entre as Partes no tocante à promoção dos valores culturais de cada um deles, visando o conhecimento mútuo e buscando estreitar os vínculos de amizade, entendimento e cooperação já existentes entre Brasil e Guatemala.

Para o fomento da cooperação cultural, as Partes se comprometem a promover: visitas recíprocas de intelectuais, pesquisadores, professores e artistas, que ministrarão e receberão cursos e seminários e outras atividades de capacitação sobre restauração e sistemas de controle do patrimônio cultural; o envio de especialistas em conservação e restauração de bens móveis e imóveis, em planos de administração de cidades e de centros históricos e em patrimônio intangível e em patrimônio subaquático; contatos entre bibliotecas e outras instituições relacionadas com atividades artísticas e culturais; o intercâmbio de exposições e de outras manifestações culturais, tais como concertos, livros, revistas, jornais e outras publicações, filmes e gravações para difusão por meio de rádio, cinema e televisão, sem fins comerciais, bem como outras formas de cooperação, de comum acordo entre as Partes.

Merece destaque, no âmbito da análise que ora desenvolvemos, o disposto no Artigo III, ao prever que as Partes fomentarão suas relações culturais com o fim de fortalecer e desenvolver da multiculturalidade e da interculturalidade, com especial menção às populações indígenas.

Prevê-se, ainda, a cooperação para impedir a importação, exportação e as transferências ilícitas de bens que integram os respectivos patrimônios, em conformidade com suas legislações nacionais vigentes e com as convenções internacionais de que os países sejam signatários. São também protegidos os direitos autorais e direitos inerentes às obras literárias, didáticas, científicas e artísticas, em quaisquer de suas manifestações, de acordo com as respectivas legislações internas.

O Artigo VI prevê a cooperação no âmbito cinematográfico, determinando que as Partes favorecerão a realização de mostras de cinema de ambos os países que permitam a difusão de valores culturais por meio de acordos diretos entre as instituições competentes.

Os países signatários comprometem-se a facilitar, nos campos culturais, as pesquisas em institutos, bibliotecas e museus, permitindo

também a participação de representantes culturais da outra Parte em congressos e conferências que venham a ser realizados em cada um dos países.

Pelo Artigo IX, Brasil e Guatemala comprometem-se a coordenar-se com as autoridades competentes em cada um dos países, para facilitar o trânsito de pessoas dentro dos propósitos do presente Acordo, assim como o ingresso temporário de materiais e equipes necessárias para os atos de difusão cultural e artística.

Os dispositivos finais do presente ato internacional tratam, como é de praxe, de solução de controvérsias, da vigência (de cinco anos, prorrogável por iguais períodos sucessivos) e da denúncia.

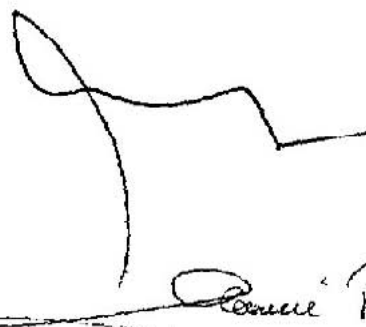
Consideramos o ato internacional, que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Seu acolhimento pelo Congresso Nacional e posterior ratificação resultarão em maior aproximação entre os povos do Brasil e da Guatemala e em ampla divulgação da cultura latino-americana.


III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2010, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.*

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente

 Relator

 Relatora ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ~~CONSELHO~~ DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
RELATORA AD HOC: SENADORA ANA AMÉLIA <i>Ana Amélia</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - JOÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUFF (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 307, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010 (nº 2.646/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATORA “AD HOC”: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010, decorrente da Mensagem nº 911, de 11 de novembro de 2009, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à consideração desta Casa o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009*. A referida mensagem presidencial é acompanhada de texto do tratado em português e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo positivo da Comissão de Educação e Cultura e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. Por fim, o projeto foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 18 de novembro de 2010.

Consequentemente, a proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 29 de novembro de 2010, não tendo sido apresentada emenda no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais, nem regimentais.

Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 17 (dezessete) artigos e terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação contrária de uma das Partes.

Destina-se à intensificação da cooperação entre os dois países na área da cultura, mediante plural intercâmbio de experiência e material artístico e de estabelecimento de projetos em comum. As áreas de interesse são as artes visuais, música, dança, audiovisual, educação cultural, museologia, patrimônio cultural, literatura, arquivologia, biblioteconomia, rádio, cinema, televisão, direitos autorais, contrabando de arte.

Para execução deste acordo será estabelecida Comissão Mista, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Cultura brasileiros e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e Ministério da Juventude, Esporte e Cultura botsuanês. Essa Comissão terá por função avaliar e identificar áreas prioritárias, gerenciar programas de cooperação e supervisionar o cumprimento deste Acordo.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção deste Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a República da Botsuana.



III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente

, Relator


 Relatora ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 646, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ~~CONJUNTA~~ DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATORA AD HOC: SENADORA ANA AMÉLIA <i>AA</i>	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VADADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARCELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 308, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2010 (nº 2.720/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victoria, em 16 de setembro de 2008.

RELATOR: Senador MARCELO CRIVELLA

RELATORA "AD HOC": Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 156, de 9 de abril de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, assinado em Victoria, em 16 de setembro de 2008.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após análise pelas comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 14 de abril de 2010, e o projeto de decreto legislativo que confirma o tratado recebeu a chancela do Plenário daquela casa em 18 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 647, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010, mas não teve designação de relatoria ainda naquela sessão legislativa.

Continuou a tramitar na nova legislatura por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Em 28 de abril deste ano foi destinado ao Relator signatário após o decurso do prazo regimental para recebimento de emendas.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um acordo entre o Brasil e as Seicheles, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e do desenvolvimento científico entre ambos os países, os quais reconhecem a importância dessa colaboração e estão conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para alcançar a excelência de seus recursos humanos (Preâmbulo e artigo I).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada, a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, o intercâmbio de informações e experiências e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação e/ou pós-graduação; realizarão intercâmbio de missões de ensino e pesquisa de curta e de longa duração; e elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas (artigo III).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo IV).

De relevante importância no acordo, registre-se a disposição sobre reconhecimento dos estudos formais. Aqueles de nível fundamental e médio ou equivalentes realizados em uma das Partes terão garantia de imediato reconhecimento na outra Parte por intermédio de suas instâncias governamentais competentes, após legalizados nas repartições consulares. Quanto aos diplomas e títulos acadêmicos obtidos em uma das Partes, terão seu reconhecimento na outra Parte sujeito a sua legislação nacional (artigos V e VI).

O ingresso em cursos de graduação e pós-graduação será regido pelos processos seletivos da respectiva Parte Contratante, podendo ser criados sistemas de bolsas e/ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirirem aperfeiçoamento acadêmico e profissional (artigos VII e VIII).

As partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas nesse acordo, quando da criação da Universidade das Seicheles na República das Seicheles (artigo IX).

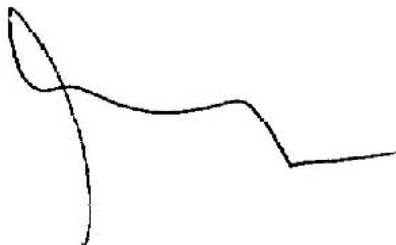

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (artigo X).

A cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com uma nação da África oriental, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2010.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente

, Relator

Relatora ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 647, DE 2010

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO ~~CONJUNTA~~ DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>FC</i>	
RELATORA AD HOC: SENADORA ANA AMÉLIA <i>AA</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANTBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>ES</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>GH</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR) <i>BM</i>	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>ACV</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>JV</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>LH</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>FD</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>ANF</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>PB</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PIB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GEM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 309, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2011 (nº 2.588/2010 na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo em tela foi encaminhado ao crivo congressional por meio da Mensagem presidencial nº 1.034, de 15 de dezembro de 2009, endereçada pelo Aviso nº 1.079 da Casa Civil, de mesma data, e acompanhado da Exposição de Motivos nº 00384, MRE, DA/DREN-PAIN/ENER/OLADE, de 25 de outubro de 2009, que explica os motivos para a celebração do ato internacional em apreço. De acordo com a Exposição de Motivos, a fim de refletir a participação de alguns Estados da região caribenha na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), criada por meio do Convênio de Lima, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 75.103, de 20 de dezembro de 1974, é justificável alterar o nome da organização internacional.

Versada em um *considerando* e cinco artigos, a Decisão XXXVIII/D/453 estabelece a mudança da denominação da OLADE para Organização Latino-Americana e Caribenha de Energia (OLACDE), indica reforma de artigos do Convênio de Lima, para adequá-lo à nova denominação, exorta a todos os Estados Membros a tomar as providências internas cabíveis para ratificar a alteração e instrui a Secretaria Permanente para que, no âmbito de sua competência, proceda à alteração, e o Comitê Diretivo a apresentar, para aprovação da Reunião de Ministros, a proposta de reforma dos Regulamentos da Organização, com o mesmo fito.

II – ANÁLISE

A alteração da denominação da Organização é conveniente e oportuna, em nada desafiando nossa ordem constitucional.

III- VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 74, de 2011, por sua conveniência e oportunidade.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

,Presidente



,Relator

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO CONJUNTA DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Kollor</i>	
RELATOR: SENADOR LUIZ HENRIQUE <i>Henrique</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANTIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB) <i>Jarbas Vasconcelos</i>	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) <i>Luiz Henrique</i>	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRÓ MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GEM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 310, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2011 (nº 2.834/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 78, de 2011, cuja ementa está acima epigrafada.

O texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 950, de 19 de novembro de 2009, do Presidente da República.

Acompanha a mensagem presidencial a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 10 de setembro de 2009.

O Acordo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional e estabelecer e explorar serviços aéreos entre e além

de seus respectivos territórios. Vale registrar que tanto Brasil quanto Cingapura são partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinada em 7 de dezembro de 1944.

Pelo Acordo, uma Parte concede à outra o direito de: sobrevoar o seu território sem pousar; fazer escalas no seu território, para fins não comerciais; direito de fazer escalas em ponto da rota especificada para embarcar e desembarcar passageiros, bagagem, carga, ou mala postal separadamente ou em combinação (art. 2º).

Cada Parte poderá designar uma ou mais empresas para operar nas rotas especificadas. A empresa aérea designada deverá estar estabelecida no território da Parte que a designa, a cujo controle regulatório deverá estar submetida. Deverá ainda estar qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação. Além disso, a Parte que designa a empresa aérea deve cumprir as disposições, contidas nos arts. 7º e 8º do Acordo, referentes a segurança operacional e da aviação (art. 3º). A não observância dessas exigências poderá ensejar a negação, revogação ou limitação de autorização, mediante prévia consulta à Parte que designa a empresa aérea, exceto se a medida for essencial para impedir novas infrações a leis, regulamentos ou disposições deste Acordo (art. 4º).

Os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação, bem como licenças, desde que emitidos ou convalidados por uma Parte com base em padrões iguais ou superiores aos estabelecidos na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 1944, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte (art. 6º).

As empresas aéreas designadas deverão obedecer às leis e regulamentos da Parte que as recebe, quando estiverem em seu território (art. 5º), e não poderão ser cobradas, quanto a tarifas aeronáuticas, em valor superior ao cobrado das empresas nacionais (art. 9º). Com base na reciprocidade e em sua legislação nacional, as Partes isentarão as empresas aéreas designadas, no maior grau possível, de restrições alfandegárias (art. 10).

O Acordo traz, ainda, dispositivos que cuidam de: conversão de divisas e remessa de receitas (art. 13); atividades comerciais das empresas aéreas designadas no território da Parte que a recebe (art. 14); impedimento do uso de aeronaves arrendadas que não atendam as exigências de segurança operacional e de aviação civil (art. 15); elaboração de estatísticas periódicas para exame da capacidade oferecida nos serviços acordados (art. 16); aprovação de horários (art. 17); possibilidade de realização de consultas sobre a interpretação,

aplicação, implementação ou emenda ao Acordo (art. 18); meios de solução de controvérsias, incluindo a possibilidade de constituição de tribunal arbitral com três árbitros (art. 19); emendas (art. 20); impossibilidade de acordos multilaterais restringirem o exercício de direitos pelas empresas aéreas designadas, bem como as normas de segurança operacional e da aviação; denúncia (art. 22); e registro do Acordo na Organização da Aviação Civil Internacional (art. 23).

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do Acordo pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Ademais, o projeto é versado em boa técnica legislativa e não apresenta vícios quanto a sua juridicidade.

Convém registrar que o ato internacional, veiculado no projeto de decreto legislativo, segue as cláusulas usuais em acordos bilaterais de serviços aéreos. Além disso, com a entrada em vigor deste Acordo, o anterior, assinado em 28 de outubro de 1997 e promulgado pelo Decreto nº 3.162, de 2 de setembro de 1999, deixará de produzir efeitos.

Em relação ao Acordo anterior, o projeto em exame tem o mérito de ampliar as possíveis rotas entre os dois países, uma vez que seu Quadro de Rotas (Anexo) prevê qualquer ponto ou pontos como intermediários, nas rotas originadas no Brasil ou em Cingapura. Veda-se, porém, o exercício, pelas empresas aéreas designadas de cada Parte, de direito de tráfego de quinta liberdade – ou seja, de direito de transportar passageiros e carga entre o território da outra Parte e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave – na América do Norte e no Nordeste da Ásia.

Tal ampliação, que somente pode ser viabilizada por meio de acordo bilateral, mostra-se necessária especialmente se considerarmos que, nos próximos anos, o Brasil sediará grandes eventos, a exemplo da Rio + 20, em 2012, da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. E mais: não podemos ignorar a relevância que a Ásia tem assumido na economia mundial.

Desse modo, não temos dúvida de que essa medida certamente contribuirá sobremaneira para o incremento das relações bilaterais entre Brasil e Cingapura, em especial no âmbito do comércio e do turismo.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2011.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente

Anak A.

, Relator



Relator ad hoc

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 78, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fer</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUILÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER

Nº 311, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011 (nº 860/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Relator: Senadora ANA AMELIA

I – RELATÓRIO

Submete-se à esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011, que aprova o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

O tratado foi remetido ao Congresso Nacional pela Mensagem do Presidente da República nº 253, de 8 de maio de 2008, que deu origem ao referido projeto de decreto legislativo ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, por força da Resolução nº 1, de 2007, o acordo foi destinado à apreciação pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, de Educação e Cultura, de Seguridade Social e Família, de Viação e Transportes, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por critério regimental, optou-se na Câmara dos Deputados pela constituição de uma comissão especial, tendo em vista o número de comissões técnicas envolvidas. Assim mesmo, o parecer da comissão especial foi exarado apenas em plenário, no dia 23 de março de 2011, quando também teve sua aprovação final naquela Casa.

Encaminhada ao Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 5 de abril de 2011, sendo em seguida distribuída à relatora signatária após o prazo regimental de recebimento de emendas.

II – ANÁLISE

Além da integração governamental e macroeconômica, que caminha a passos satisfatórios, o Mercosul necessita ter a dimensão da integração dos povos, das comunidades locais dos países. Essa necessidade se reitera sobremaneira nas cidades localizadas nas regiões fronteiriças, onde a interação entre os nacionais de dois ou três dos quatro países membros do bloco ocorre até em razão da convivência forçada com o vizinho.

Nos dias de hoje, a linha de fronteira não tem mais o condão de separar a interação social, econômica e cultural entre as pessoas de comunidades binacionais conurbadas. Desta interação, nascem necessidades que não podem ser atendidas pelos critérios vigentes, de separação estrita das competências nacionais, mormente nos tempos atuais da velocidade dos intercâmbios em todos os níveis.

Essa situação é vivenciada pelos municípios do Sul do Brasil, particularmente naqueles cujas sedes são confrontantes a municipalidades dos demais países do Mercosul. Nessas cidades, o grau de interação da vida cotidiana dos moradores já tem gerado situações que requerem urgente guarda-chuva institucional, de maneira a se criarem proteções e regulamentações para as novas práticas civis das comunidades fronteiriças, tais como aquelas nos campos do comércio, transporte, trabalho e saúde.

Nesse sentido, o tratado bilateral entre Brasil e Argentina em análise vem justamente para cobrir essa lacuna, como um primeiro regime especial para as cidades fronteiriças vinculadas dos dois países.

Nos termos de seu preâmbulo, o acordo destina-se a “facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e impulsionar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de

trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação”.

O acordo define que os beneficiários serão apenas os nacionais das Partes com domicílio nos municípios fronteiriços listados no Anexo I, os quais, do lado brasileiro, são: Foz do Iguaçu, Capanema, Barracão, Dionísio Cerqueira, Porto Mauá, Porto Xavier, São Borja, Itaquí, Uruguaiana e Barra do Quaraí.

Esses beneficiários terão direito a carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, expedida, no lado brasileiro, pela Polícia Federal, para utilização na obtenção dos direitos facultados pelo tratado, que se reportam a:

a) exercício de trabalho, ofício ou profissão de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, inclusive no que se refere aos requisitos de formação e exercício profissional, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias que delas emanam;

b) acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;

c) atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;

d) acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo as normas específicas que constam no Anexo II; e

e) quaisquer outros direitos que as Partes acordem conceder.

O comércio tem regime regulamentado por um anexo do tratado para disciplinar com mais especificidade o que são mercadorias de subsistência e evitar a prática do descaminho e contrabando.

Assegura-se também que o beneficiário da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço poderá requerer que seus veículos automotores de uso particular sejam identificados especialmente. Para tal, o veículo deverá contar com uma apólice de seguro que tenha cobertura nas localidades fronteiriças vinculadas. Estes veículos poderão circular livremente dentro da localidade fronteiriça vinculada da outra Parte, sem conferir direito a que o veículo permaneça de forma definitiva no território desta.

As Partes se comprometem a simplificar a regulamentação sobre transporte de mercadorias e transporte público e privado de passageiros quando a origem e o destino da operação estiver dentro dos limites de localidades fronteiriças vinculadas.

Na área de cooperação em saúde, o Ministério da Saúde e demais instituições públicas, no lado brasileiro, colaborarão com seus homólogos nas localidades fronteiriças vinculadas para a realização de trabalhos conjuntos nessa área.

No campo educativo, as Partes promoverão cooperação localizada, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. Além disso, o que se revela mais inovador e relevante, o ensino das matérias de História e Geografia será realizado com uma perspectiva regional e integradora, com ênfase em aspectos comuns regionais e estimulando uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade.

Complementarmente, as Partes desenvolverão e executarão “planos de desenvolvimento urbano conjunto” nas localidades fronteiriças vinculadas onde seja possível e conveniente, com critérios de propiciar maior racionalidade à integração em todos os campos.

Ressalte-se também que o acordo, seguindo o espírito da integração, estabelece o aproveitamento máximo dos documentos nos dois idiomas para a obtenção dos direitos previstos, sem necessidade de tradução oficial.

Como de praxe, o acordo traz os demais dispositivos de caráter formal relevantes para tais instrumentos, tais como as possibilidades de alteração, a não-restrição a direitos e obrigações decorrentes de outros acordos e o prazo de vigência.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011.

Sala da Comissão, 19 de maio de 2011.

, Presidente



, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2011

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 19/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>fcw</i>	
RELATORA: SENADORA ANA AMÉLIA <i>Amélia</i>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM DUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAZ (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a sessão, Senador Rodrigo Rollemberg, quero, na manhã de hoje, fazer três registros.

Vou discorrer, primeiro, sobre a importância do aeroporto regional de Caxias do Sul. Faço aqui uma saudação especial ao Governador do Estado, Governador Tarso Genro, pela decisão anunciada ontem de que a cidade de Caxias do Sul sediará um aeroporto regional na cidade de Caxias do Sul, na localidade de Vila Oliva.

Para a definição, Senador Mozarildo, foram considerados estudos técnicos e climáticos. Caxias do Sul e Farroupilha disputavam a preferência pelo novo aeroporto.

O Secretário Estadual Beto Albuquerque estará hoje em Caxias do Sul para apresentar os projetos e estudos de viabilidade do novo aeroporto em Vila Oliva, que aproxima toda a região. Ele fala a partir das 10 horas e 30 minutos, no auditório da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias.

Parabéns a toda a região da serra! Parabéns ao Governador! Parabéns ao Secretário Estadual Beto Albuquerque! Parabéns à população de Caxias do Sul e região! Com certeza, o aeroporto de Vila Oliva será um diferencial para o desenvolvimento econômico e social de toda a região serrana do meu querido Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, na mesma linha, falo também sobre o novo aeroporto internacional do Rio Grande do Sul. Recentemente, falei aqui, desta tribuna, sobre a importância da inclusão do metrô de Porto Alegre no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, anunciado pelo Ministério das Cidades.

Com certeza, essa foi uma notícia que deixou todos nós, independente de cor partidária, empolgados pelo grau de importância do desenvolvimento do nosso Rio Grande, a partir do fortalecimento do metrô de Porto Alegre, do metrô subterrâneo em Canoas.

Já existe um metrô, mas será feita uma nova obra para que ele seja desenterrado do centro da cidade, ou seja, subterrâneo, porque hoje ele divide a cidade em duas.

Sr. Presidente, esse corredor de boas novas para o meu querido Estado faz com que eu volte a falar sobre um tema que já abordei aqui, em outras oportu-

nidades, e que tem meu total apoio, total apoio do Governador e de toda a sociedade gaúcha, de todo o povo gaúcho.

Estou falando, Sr. Presidente, neste momento, mais uma vez, da importância do novo aeroporto internacional do Rio Grande do Sul. É importante lembrar que, independentemente das indispensáveis obras de ampliação da pista e duplicação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a situação aeroportuária da região metropolitana tende a se tornar caótica se não tivermos esse novo aeroporto. Segundo previsões de incremento no número de passageiros, em pouquíssimos anos, o Salgado Filho estará completamente incapaz para atender a demanda, por suas limitações de área física. O tradicional Salgado Filho não tem como crescer e é hoje o aeroporto brasileiro com maior déficit percentual na relação entre capacidade instalada e número de passageiros.

Várias regiões do Rio Grande têm totais condições de receber esse novo aeroporto. Podíamos aqui fortalecer, mais uma vez, todas as regiões do meu Estado.

Mas faço questão de destacar que, no início deste ano, recebi um estudo elaborado por um grupo de voluntários, integrado por aeronautas, especialistas em aviação civil, incluindo o diretor da Faculdade de Ciências Aeronáuticas da PUCRS, Sr. Elones Ribeiro, e a principal conclusão aponta para a necessidade urgente de um novo aeroporto na região metropolitana, operando junto – é claro – e paralelamente ao Salgado Filho.

O novo aeroporto, com o nome provisório de Vinte de Setembro, construído em uma área entre Nova Santa Rita e Portão, com mais de 16 quilômetros quadrados de extensão, atenderia a demanda aeroportuária gaúcha por mais de quatro décadas. Será uma nova alavanca, Sr. Presidente, para o desenvolvimento, capaz de atender 85% do PIB estadual, focado ainda na revitalização do transporte aéreo de cargas, atualmente em queda no Estado.

A questão é também de importância nacional. O Brasil – todos sabem – é hoje a oitava economia no mundo e deverá, segundo projeções, ser a quinta até 2024.

Para suportar esse crescimento, é indispensável uma infraestrutura sólida e moderna. A localização do Vinte de Setembro foi alvo de aprofundados estudos baseados em sobrevoos e imagens dos eventuais locais disponíveis.

Como eu já disse, a opção técnica foi por uma área no Município de Nova Santa Rita e Portão, com mais de 16 quilômetros quadrados disponíveis para esse fim. A localização atende Porto Alegre, toda a re-

gião metropolitana, a Serra, o litoral, o Vale dos Sinos, Região das Hortênsias, mesmo o centro e o norte do Estado, por meio da BR-386. É cercada por excelente malha rodoviária, pronta em ampliação e construção, como mostram os documentos a que tive acesso.

Os 16 quilômetros quadrados dessa área permitem a construção de um aeroporto amplo, moderno, de acordo com os mais avançados conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental. Ele terá uma pista principal de 3,2 mil metros, e uma segunda pista de dois mil metros, sendo ainda, no futuro, possível a construção de uma terceira pista, igualmente com dois mil metros, desde já com área reservada.

Essas pistas serão separadas por 740 metros, o que permite, de acordo com a legislação da aeronáutica, pousos e decolagens simultâneos. Quando o tema é aeroportos, Sr. Presidente, simplesmente não existe pensar grande demais. Temos, sim, de pensar, como eu sempre digo, além do horizonte.

Por qualquer rodovia de acesso, pela BR-116 ou pela nova e moderníssima BR-448, com suas seis pistas – BR-386, RS-240, RS-239, RS-118 –, assim, o aeroporto estará próximo de tudo, e apenas a 17 quilômetros da capital, Porto Alegre. Ele é mais próximo que o Salgado Filho para os cidadãos do norte, do nordeste, da zona central do Estado, desobrigando-os a utilizar a BR-116 e contribuindo, então, para descongestionar aquela rodovia.

No mesmo local, poderá ser instalado ainda o Polo Aeronáutico do nosso Rio Grande, outra necessidade estratégica e diferencial para a competição do Rio Grande com outros Estados e mesmo em nível internacional.

É importante frisar que o Salgado Filho dispõe de área muito pequena, o que impossibilita qualquer pensamento de expansão ou mesmo construção de mais pistas.

O Aeroporto Internacional Vinte de Setembro deverá ser dotado de terminal de cargas e logística, de forma a receber os maiores cargueiros e impulsionar o transporte aéreo de cargas, seguindo, assim, tendência econômica internacional.

É importante lembrar que o Rio Grande do Sul é o quarto maior Estado exportador do Brasil e que, atualmente, cerca de 80 toneladas diárias de produtos exportados saem do Estado, por via rodoviária, até Cumbica ou Viracopos. Sua pista principal permitirá a decolagem dos maiores cargueiros para voos a Europa e América do Norte e também vai permitir voos diretos, pela rota polar, para Austrália e Oceania, abrindo uma nova rota comercial também para a Ásia.

Sua localização, livre de obstáculos, vai permitir, Sr. Presidente, inclusive, a instalação de equipamento

ILS-3, que permite pousos e decolagens em qualquer condição climática.

Destaco, ainda, Sr. Presidente, que os prefeitos dos Municípios onde está localizada a área para o Aeroporto Vinte de Setembro, Nova Santa Rita e Portão, já assinaram documento se comprometendo a declarar os terrenos como de utilidade pública, para fins de desapropriação, e a adequar seus planos diretores às necessidades da nossa Aeronáutica.

Esse aeroporto terá todas as condições para se tornar eixo do Mercosul, agregando voos de países vizinhos antes da partida definitiva para outros destinos em nível internacional, se assim entenderem. Mais ainda, Sr. Presidente, deverá ser aeroporto alternativo para voos intercontinentais destinados hoje somente a São Paulo. Avançaremos, assim, de uma forma universal, porque dali poderemos viajar para todo o mundo.

Para o grupo de estudos do Vinte de Setembro, tudo pode ser feito. E entendo que a Infraero avança, por concessão, inclusive, ou PPP, independentemente da opção da União, para um grande consórcio na construção do aeroporto.

Sr. Presidente, o movimento para a construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul já tem um corpo avantajado, com a participação de prefeitos, vice-prefeitos, secretários, vereadores, empresários, trabalhadores, Governo do Estado, movimentos sociais e outros segmentos importantes não só das regiões metropolitana e do Vale do Caí, como de todo o Rio Grande, naturalmente com uma parceria com o Governo Federal.

Recentemente, o coordenador da Câmara de Políticas de Gestão de Desempenho e Competitividade, Sr. Jorge Gerdau, apoiou a iniciativa. Segundo ele, o aeroporto pretendido estará apenas a 25 quilômetros do marco zero da capital.

O governo estadual também apoia a iniciativa, o Secretário de Infraestrutura Logística, Beto Albuquerque, afirmou nesta semana que é um grande desafio e que vamos buscar recursos financeiros em parceria para o projeto, com o apoio também da União. Segundo ele, a proposta é perfeita para as necessidades de médio prazo do Estado, acrescentando que, após as obras de ampliação do Aeroporto Salgado Filho, não teremos mais o que crescer ali. Por isso, esse Aeroporto Vinte de Setembro é a alternativa viável, que pode ser implementada inclusive com rapidez.

Sr. Presidente, sempre quando as forças vivas do meu querido Rio Grande se movimentam, se unem, os sonhos são realizados. Projetos e obras como essa, com certeza, têm apoio de todo o povo gaúcho.

Entendo eu, Sr. Presidente, que a questão desse novo aeroporto para o Estado vai nesta linha: a de

deixarmos para trás as diferenças e avocarmos a unidade de todos.

Sr. Presidente, ainda nos meus últimos dez minutos, eu quero fechar com esse pequeno balanço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero fazer aqui um pequeno balanço, nesta sexta-feira, pela manhã, sobre estes primeiros 100 dias de atividade praticamente aqui no Senado. Claro que aqui não vou percorrer a respeito dos outros quatro mandatos que tive como Deputado, tendo sido Constituinte. Mas lembro que cheguei à Câmara dos Deputados em primeiro de janeiro de 1987; no Senado, cheguei em primeiro de janeiro de 2002. E lá se vão 25 anos aqui no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, para nós que fomos reconduzidos a esta Casa com cerca de quatro milhões de votos, num universo com 6,2 milhões de votos válidos, é com alegria que agradecemos ao povo gaúcho por termos praticamente dobrado a votação em relação a 2002.

Temos consciência de que realizamos um trabalho que foi respaldado pela população gaúcha e avançamos, eu digo até com uma certa liberdade, por grande parte do povo brasileiro. Um trabalho que cumpriu o que foi estabelecido, que deu bons frutos. Acho que participamos aqui ativamente – Senador Mozarildo, V. Ex^a é um deles. Quantas audiências públicas com índios, com negros, com deficientes, com idosos, com sindicalistas que participamos juntos! Ou seja, o social está permanentemente aqui nesta Casa, e eu tenho alegria de ter ajudado, como V. Ex^a, a fazer com que isso acontecesse.

Temos o compromisso e a certeza de que vamos avançar muito mais.

A nossa responsabilidade para com a nossa gente, não só do meu Estado, mas de todo o País, é ainda maior do que nos foi proporcionado até o momento nessa nossa longa trajetória ao Senado da República.

Neste segundo mandato, temos algumas marcas que eu entendo que só foram alcançadas pela postura que assumimos perante a história das nossas vidas e a coerência com as nossas raízes.

Lembro aqui a questão dos direitos humanos. Quando assumi a CDH pela primeira vez, em 2007, decidimos que aquela Comissão seria palco para quem não tem palco. Seria um espaço em que os movimentos sociais, tão discriminados e reprimidos, teriam vez e voz para exporem os seus problemas e as suas reivindicações.

Neste ano, quando assumi novamente a Presidência, com o apoio dos Senadores – lembro aqui que a Senadora Ana Rita é a nossa Vice-Presidente –, mantivemos a mesma postura: o reconhecimento aos movimentos sociais.

A Comissão de Direitos Humanos realizou, até o momento, 19 audiências públicas – hoje vai ser a de número 20 –, em que foram debatidos temas que, com certeza, influenciam a vida do cidadão no seu dia a dia.

Tratamos de temas como violência nas escolas – *bullying* –, trabalho escravo, racismo, autismo, redução da jornada de trabalho, pessoas com deficiência, liberdade de imprensa, ações de combate à fome e à miséria, política salarial, fator previdenciário, aposentados e pensionistas, câncer de mama, a questão das mulheres. Enfim, atuamos em todos os setores.

Em todas essas atividades tivemos uma participação qualificada dos Senadores e das Senadoras, de especialistas e de entidades da sociedade civil, independentemente da questão ideológica ou mesmo partidária. Todos, todos contribuíram para o debate.

É importante destacar, Senador Mozarildo, que essas audiências orbitam o debate e a discussão, porque na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa surgem projetos que – a Presidência indica a relatoria – passam a tramitar na Casa, como foi o caso do projeto dos autistas, que está pronto para ser votado agora no plenário, porque tenho certeza de que a Comissão de Assuntos Sociais vai dar o parecer positivo na quarta-feira.

Sr. Presidente, podemos dar como exemplo a criação de estratégias de prevenção contra o *bullying*. E aí nós contamos com a participação de professores e de pais de alunos nesse bom debate em defesa da paz nas escolas.

Aprovamos 38 projetos – ontem, foi o de número 39 –, como, por exemplo, o que isenta de imposto as doações feitas pelas instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos para ações humanitárias.

É importante destacar que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além de realizar audiências, votar projetos, discutir com a sociedade, preparou atividades em cinco regiões do País para debater a questão da violência no trânsito, para debater a questão dos profissionais que dedicam sua vida no transporte terrestre. Também aproveitaremos para discutir a proposta de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas, com a participação da Cobap, das centrais, das confederações, das federações e sindicatos dos trabalhadores. Nesses debates, vamos bater muito – V. Ex^a, Senador Mozarildo, é meu parceiro, permita que eu diga isso –, para eliminarmos esse famigerado fator previdenciário.

Vimos anteontem, numa audiência com o Ministro Garibaldi, que o próprio Ministro reconhece que esse fator é maldito e só atinge o celetista, ou seja, o

assalariado brasileiro, aquele que não está no Executivo nem no Legislativo nem no Judiciário, em todas as suas instâncias.

Sr. Presidente, sempre antes de iniciar uma audiência, lembro a minha mocidade, lembro a minha infância, e são coisas simples, mas que continuam batendo forte no meu peito, como o direito que todos têm de sonhar e acreditar na paz, na liberdade, na justiça e na quebra de todos os preconceitos.

Foi pensando dessa forma que instalamos na CDH a Subcomissão em Defesa dos Direitos das Mulheres, presidida pela Senadora Angela Portela; também a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, presidida pelo Senador Cristovam Buarque; a Subcomissão de Combate à Pobreza e à Miséria, presidida pelo Senador Wellington Dias; e a Subcomissão de Defesa das Crianças e Adolescentes, Juventude e Idosos, presidida pela Senadora Marinor Brito.

Sr. Presidente, concluindo, um ponto marcante desde o início do ano, sem sombra dúvida, foi o debate que travamos da política do salário mínimo. Hoje, podemos dizer que o Brasil tem uma política de salário mínimo que vai até 2015, que corresponde à inflação mais o PIB, que vai garantir para 1º de janeiro o reajuste entre 13% e 14% para o salário mínimo.

Senador Mozarildo, V. Ex^a lembra que esse debate começou aqui no Senado, quando construímos proposta que, depois da negociação com as centrais, com o Presidente Lula, agora com a Presidente Dilma, está concretizada. Temos política salarial permanente que vai permitir que o salário mínimo seja reajustado pela inflação mais o PIB. A própria tabela do Imposto de Renda foi corrigida não o que gostaríamos, mas avançou para 4,6%. Sabemos, temos consciência de que estamos avançando. Mas, como sempre digo e acho que todos nós – o Senador Mozarildo é testemunha disso, tem afirmado –, temos que avançar muito mais em todas as áreas.

Destaco também que o Senado Federal, o Ministério da Previdência e a Cobap estão realizando reuniões semanais junto com centrais, confederações para construir também, além do fator, proposta de valorização dos benefícios dos aposentados e também dos pensionistas para que não recebam em janeiro somente o correspondente à inflação, mas que acompanhe política de reajuste que mantenha de fato o valor real dos benefícios.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Senador Cristovam Buarque, é marcante a visita que os senhores prefeitos têm feito, tenho certeza, a todos os gabinetes. Foi nesse movimento dos prefeitos com os Senadores e Deputados que avançamos; prorrogamos

o prazo que era 30 de abril para garantir os restos a pagar para as prefeituras.

Eu costumo dizer, meus amigos, a todos os prefeitos que vêm ao meu gabinete, independentemente de partidos, não quero saber se o prefeito é da oposição, da situação, se é do PSDB, PT, PV ou PSOL, sempre digo a todos: entrem, fiquem à vontade, a Casa é de vocês, peguem a cuia, tomem o chimarrão.

Na semana passada, os prefeitos me entregaram uma série de reivindicações orçamentárias para serem aplicadas nas áreas de saúde, educação, habitação, agricultura, turismo, cultura e outras.

Faço questão de lembrar que, no nosso primeiro mandato, de 2003 a 2010, atendemos a todos os Municípios do Rio Grande, os 496 Municípios, com uma emenda igual, independentemente do número de habitantes de cada cidade. Neste ano, nós encaminharemos duas emendas para cada um dos 496 Municípios do Rio Grande. Já disse aqui em outras oportunidades e repito que esta idéia de ser um instrumento para garantir emendas iguais a todos os Municípios do Rio Grande vou repeti-la porque é compromisso neste segundo mandato, independentemente repito, da sigla partidária.

Os nossos prefeitos sabem que acredito num novo pacto federativo que garanta mais força para os Municípios e, assim, sejam valorizados os nossos moradores.

Queremos defender aqui, Senador Mozarildo, a importância da aprovação da Emenda nº 29 para garantir mais dinheiro para a saúde; defendemos a divisão igual dos *royalties* do pré-sal; somos a favor de um Orçamento equilibrado, que os recursos sejam destinados com equilíbrio para o desenvolvimento social.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que foi com alegria que, durante este mandato, 87 projetos foram encaminhados, agora neste ano; 126 pronunciamentos foram feitos; 8 projetos de lei foram aprovados, entre eles, aqueles que garantem o benefício à aposentadoria; 17 projetos foram relatados – lembro aqui a importância do transporte gratuito para os idosos, lembro aqui também o 385, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência e o dos servidores.

Não vou falar aqui de todos os projetos. Só quero, Sr. Presidente, dizer mais uma vez que fiz, acredito, bastante. Não foi tudo aquilo que eu gostaria de ter feito, mas nós todos juntos haveremos de avançar. Aliás, uma meta fundamental é acabar com o fator previdenciário e garantir a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Peço a V. Ex^a que considere na íntegra o meu pronunciamento. Fiz alguns comentários e não li o que

estava escrito, mas entendo que acabei passando a ideia de como trabalhei nestes três primeiros meses aqui no Senado da República. Agradeço a V. Ex^a.

Se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de assumir a Presidência para que V. Ex^a pudesse falar.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o aeroporto regional de Caxias do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço uma saudação especial na manhã desta sexta-feira ao governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pela decisão anunciada ontem, de que a cidade de Caxias do Sul sediará um aeroporto regional na localidade de Vila Oliva.

Para a definição, foram considerados estudos técnicos e climáticos. Caxias do Sul e Farroupilha disputavam a preferência pelo novo aeroporto.

O Secretário Estadual Beto Albuquerque estará hoje em Caxias do Sul para apresentar os projetos e estudos de viabilidade do novo aeroporto em Vila Oliva - ele fala a partir das 10h30min, no auditório da CIC (Câmara de Indústria, Comércio e Serviços).

Parabéns à população de Caxias do Sul por esta boa notícia. Com certeza, o aeroporto de Vila Oliva será um diferencial no desenvolvimento econômico e social de toda a região serrana no Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em recente pronunciamento eu falei sobre a sinalização positiva do Ministério das Cidades para a inclusão do projeto do Metrô de Porto Alegre, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Com certeza essa foi uma notícia que deixou a todos nós, independentemente de cores partidárias, empolgados e felizes pelo grau de importância de desenvolvimento que levará ao Rio Grande do Sul.

E aproveitando esse corredor de boas-novas para o meu querido estado, eu volto a falar sobre um tema que já abordei aqui nesta Tribuna, que me é muito simpático e tem o meu total apoio.

Estou falando, senhor Presidente, gaúchos que estão acompanhando a TV, a Rádio e a Agência Senado, da necessidade da construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul.

Independente das indispensáveis obras de ampliação da pista e duplicação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a situação aeroportuária da região Metropolitana tende a se tornar caótica.

Segundo previsões de incremento no número de passageiros, em pouquíssimos anos, o Salgado Filho será completamente incapaz de atender à demanda, por suas limitações de área física.

O tradicional Salgado Filho não tem como crescer e é, hoje, o aeroporto brasileiro com maior déficit percentual na relação entre capacidade instalada e número de passageiros.

Várias regiões do Rio Grande do Sul têm totais condições de receber este novo aeroporto. Poderia falar sobre a Serra Gaúcha, o Litoral, a Região Sul, a Região Central, entre outras.

Mas, faço questão de destacar que no início deste ano eu recebi um estudo elaborado por um grupo de voluntários, integrado por aeronautas e especialistas em aviação civil, incluindo o diretor da Faculdade de Ciências Aeronáuticas da PUCRS, Elones Ribeiro, a principal conclusão aponta para a necessidade de um novo aeroporto na região Metropolitana, operando paralelamente ao Salgado Filho.

O novo aeroporto, com nome provisório de 20 de Setembro, construído em uma área entre Nova Santa Rita e Portão, com mais de 16 quilômetros quadrados de extensão, atenderia à demanda aeroportuária gaúcha por mais de quatro décadas.

Será uma alavanca para o desenvolvimento, capaz de atender 85% do PIB estadual, focado ainda na revitalização do transporte aéreo de cargas, atualmente em queda no estado.

A questão é também de importância nacional: o Brasil é hoje a oitava economia do mundo e deverá ser a quinta até 2024.

Para suportar este crescimento é indispensável uma infra-estrutura sólida e moderna.

A localização do 20 de Setembro foi alvo de aprofundados estudos, baseados em sobrevôos e imagens dos eventuais locais disponíveis.

Como eu já disse aqui nesta fala, a opção técnica foi por uma área nos municípios de Nova Santa Rita e Portão, com mais de 16 quilômetros quadrados de superfície disponíveis para este fim.

Esta localização atende Porto Alegre e toda a Região Metropolitana, Serra (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, etc), Vale do Sinos, Região das Hortênsias, Litoral e mesmo o Centro e Norte do estado através da BR-386. E é cercada por excelente malha rodoviária (pronta, em ampliação ou construção), como mostra a ilustração:

Os 16 quilômetros quadrados desta área permitam a construção de um aeroporto muito amplo, moderníssimo, dentro dos mais avançados conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental. Ele terá uma pista principal de 3200 metros e uma segunda pista de 2000 metros, sendo ainda possível, no futuro, a construção de uma terceira pista, igualmente com 2 mil metros, desde já com área reservada. Estas pistas serão separadas por 740 metros, o que permite, dentro da legislação aeronáutica, pousos e decolagens simultâneos. Quando o tema é aeroportos, simplesmente não existe pensar grande demais.

Por qualquer rodovia de acesso – BR-116, a nova e moderníssima BR-448, com suas seis pistas, BR-386, RS-240, RS-239, RS-118 – ele estará próximo de tudo, a apenas 17 km de Porto Alegre.

E ele é mais próximo que o Salgado Filho para os cidadãos do Norte, Nordeste e zona central do Estado, desobrigando-os de utilizar a BR-116 e contribuindo para descongestionar aquela rodovia.

No mesmo local poderá ser instalado o Pólo Aero-náutico do Rio Grande, outra necessidade estratégica e diferencial competitiva do Rio Grande.

É importante frisar que o Salgado Filho dispõe de área muito pequena, o que impossibilita maiores expansões ou mesmo a construção de uma segunda pista.

O Aeroporto Internacional 20 de Setembro deverá ser dotado de terminal de cargas e logística, de forma a receber os maiores cargueiros e impulsionar o transporte aéreo de cargas, seguindo tendência econômica internacional. É importante lembrar que o Rio Grande é o quarto maior estado exportador do Brasil, e que atualmente cerca de 80 toneladas diárias de produtos exportados saem do estado por via rodoviária até Cumbica ou Viracopos.

Sua pista principal permitirá a decolagem dos maiores cargueiros para vôos à Europa e América do Norte.

E também permitirá vôos diretos, pela rota polar, para Austrália e Oceania, abrindo uma nova rota comercial também para a Ásia.

Sua localização, livre de obstáculos, permitirá a instalação do equipamento ILS 3, que permite pousos e decolagens com quaisquer condições climáticas.

É importante ressaltar que os prefeitos dos dois municípios onde está localizada a área de terras, Nova Santa Rita e Portão, já assinaram documento se comprometendo a declarar os terrenos como de utilidade pública para fins de desapropriação e a adequar seus Planos Diretores às necessidades viárias e aeronáuticas.

Este aeroporto terá todas as condições para se tornar eixo do Mercosul, agregando vôos de países vizinhos antes da partida definitiva para destinos internacionais.

Mais ainda, ele deverá ser aeroporto alternativo para vôos intercontinentais destinados a São Paulo, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, Santiago do Chile e Assunção.

Para o grupo de estudos, o 20 de Setembro pode ser feito tanto pela Infraero quanto por concessão ou PPP, dependendo da opção da União.

Sr. Presidente, o movimento para a construção de um novo aeroporto internacional no Rio Grande do Sul já tem um corpo avantajado com a participação de prefeitos, vice-prefeitos, secretários, vereadores, empresários, trabalhadores, movimentos sociais, das regiões Metropolitana e Vale do Caí.

Recentemente o coordenador da Câmara de Políticas de Gestão de Desempenho e Competitividade, Jorge Gerdau Johannpeter, apoiou a iniciativa.

Segundo ele, o aeroporto pretendido estará a apenas 25 quilômetros do marco zero da Capital.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o governo estadual também apóia a iniciativa. O secretário de Infraestrutura e Logística, Beto Albuquerque, afirmou nesta semana que o grande desafio será buscar recursos financeiros para o projeto.

Segundo ele a proposta é perfeita para as necessidades de médio prazo do Estado, acrescentando que após as obras de ampliação o Aeroporto Internacional Salgado Filho não terá mais espaço para crescer.

Sr. Presidente, sempre quando as forças vivas do meu querido Rio Grande do Sul se uniram para concretizar sonhos, projetos e obras quem ganhou foi o povo gaúcho.

Entendo que a questão desse novo aeroporto para o estado vai nessa linha, a de deixarmos para trás as nossas diferenças e evocarmos a unidade de todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Pronunciamento sobre os cem dias do segundo mandato. Cinco pontos a destacar: CDH, Salário Mínimo, Fator Previdenciário e Aposentadorias, Prefeitos/Municípios e Processo Legislativo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, utilizarei este espaço democrático da tribuna do Senado Federal para fazer um breve balanço dos cem primeiros dias do meu segundo mandato como Senador...

Não vou discorrer aqui a respeito dos outros 4 mandatos que tive como deputado federal, iniciados a partir da Constituinte.

Cheguei à Câmara dos Deputados em 1º de janeiro de 1987 e no Senado em 1º de janeiro de 2002. Lá se vão 25 anos no Congresso Nacional.

Para nós que fomos reconduzidos a esta Casa com quase quatro milhões de votos, num universo de seis milhões e duzentos mil votos válidos, praticamente dobramos a votação de 2002.

Temos a consciência de que realizamos um trabalho que foi respaldado pela população gaúcha, um trabalho que cumpriu com o estabelecido, que deu bons frutos, ou seja, trouxemos as questões sociais para dentro desta Casa e temos o compromisso e a certeza de que vamos avançar muito mais do que foi feito até o momento.

A nossa responsabilidade para com a nossa gente, não só do meu estado, mas de todo o País, é ainda maior do que nos foi proporcionado até o momento pela história.

Neste segundo mandato temos algumas marcas que eu entendo que só foram alcançadas pela postura de assumirmos a história das nossas vidas e a coerência com as nossas raízes.

Vejamos a questão dos direitos humanos. Quando assumi a CDH pela primeira vez, isso foi no ano de 2007, decidimos que essa comissão seria o palco de quem não tinha palco.

Seria um espaço onde os movimentos sociais, tão discriminados e reprimidos teriam, enfim, vez no Congresso para exporem os seus problemas e suas reivindicações.

Este ano, quando nos foi possibilitado pela segunda vez, estarmos à frente da CDH, com a senadora Ana Rita na vice-presidência, mantivemos a nossa postura de reconhecimento aos movimentos sociais.

A Comissão de Direitos Humanos realizou até o momento 18 audiências públicas, onde foram debatidos diversos temas com influência no cotidiano das pessoas.

Tratamos de temas como violência nas escolas, trabalho escravo, racismo, autismo, redução da jornada de trabalho, liberdade de imprensa, ações de combate à fome e à miséria, política salarial para os aposentados e pensionistas, câncer de mama, entre outros.

Em todas essas atividades tivemos uma participação qualificada de especialistas e de entidades da sociedade, independentemente de suas posturas ideológicas, mas que contribuíssem para o debate.

Importante destacar que essas audiências não apenas orbitaram o debate e a discussão, mas também a apresentação de sugestões, como, por exemplo, a criação de estratégias de prevenção com a participação de pais e a formação de comitês anti-bullying nas escolas.

Aprovamos 38 projetos como o que isenta de impostos as doações feitas por instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, para ações humanitárias no exterior.

Importante destacar que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além de realizar audiências públicas aqui no Senado Federal, também está preparando atividades nas cinco regiões do Brasil.

A primeira será para debater o reajuste dos benefícios dos aposentados/pensionistas e uma alternativa para o fator previdenciário, com a participação da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas), centrais, confederações, federações e sindicatos de trabalhadores.

A segunda atividade será um ciclo de seminários sobre o Estatuto do Motorista Profissional. O primeiro encontro deve ocorrer em Curitiba, no dia 27 deste mês.

Sempre, antes de iniciar uma audiência, lembro-me da minha mocidade, coisas simples, mas que continuam ressoando no meu peito, como o direito de sonhar e acreditar na paz, na liberdade, na justiça e na quebra de todos os preconceitos.

Foi pensando dessa forma que instalamos na CDH, a Subcomissão em Defesa dos Direitos das Mulheres, presidida pela deputada Ângela Portela...

Também a Subcomissão do Trabalho Escravo, presidida pelo senador Cristovam Buarque...

Ainda a Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, presidida pelo senador Wellington Dias. A subcomissão em defesa das Crianças, Adolescentes, Juventude e Idosos, presidida pela senadora Marinor Brito.

Sr. Presidente, um ponto marcante nesse início de ano foi sem dúvida a questão do salário-mínimo. Definimos um novo valor e a garantia da continuidade da política de valorização do piso até 2015, a correção do salário-mínimo será pela inflação mais o PIB. Com isso, para janeiro de 2012 teremos um reajuste do mínimo entre 13% e 14%.

É importante lembrar que também estamos corrigindo a tabela do Imposto de Renda em 4.6%.

Sabemos e temos consciência de que estamos avançando, mas ainda precisamos fazer muito mais.

Importante destacar que o Senado Federal, o Ministério da Previdência, e a COBAP estão realizando reuniões semanais com o objetivo de encontrar uma alternativa ao Fator Previdenciário e estabelecer uma política duradoura de valorização das aposentadorias e pensões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre marcante a visita que os senhores prefeitos do meu estado fazem ao

meu gabinete. Eu costumo dizer: *“olha meus amigos, entrem, fiquem à vontade, a casa é de vocês”*.

Eles estiveram aqui na semana passada e me entregaram reivindicações orçamentárias para serem aplicadas nas áreas de saúde, educação, habitação, agricultura, turismo, cultura, entre outras.

Faço questão de lembrar que, no meu primeiro mandato, de 2003 a 2010, todos os 496 municípios gaúchos receberam no mínimo uma emenda de minha autoria.

Já disse aqui em outras oportunidades e repito que essa é a minha forma de atuar e lutar pela minha gente. O meu compromisso é com todos, independentemente de suas escolhas políticas e partidárias.

Os nossos prefeitos sabem que acredito em um novo pacto federativo que propicie mais força aos municípios com respeito aos seus moradores e levando em conta as características de desenvolvimento local.

Queremos a aprovação da Emenda 29, que vai possibilitar mais investimentos na área de saúde, defendemos a divisão por igual dos royalties do pré-sal, somos favoráveis a um orçamento equilibrado e pela alocação de recursos em políticas públicas que aliem equilíbrio e desenvolvimento social. Lutamos pela manutenção dos contratos e convênios inscritos em restos a pagar.

Sr. Presidente, gostaria agora de falar sobre o meu segundo mandato em números: 87 projetos de minha autoria foram desarquivados, entre eles o que cria o Programa Nacional de Estímulo à Primeira Empresa.

Foram 126 pronunciamentos no Plenário do Senado 8 projetos de lei apresentados, entre eles o PLS 228/11 que trata da aposentadoria especial ao trabalhador da construção civil e o PLS 232/11 que concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional da América do Sul.

Dezessete projetos relatados, entre eles o PLS 224/04 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso / gratuidade no transporte coletivo, e o PLS 385/08, já aprovado, que dispõe sobre a compensação financeira entre regime geral de previdência social e os regimes dos servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios - tempo de contribuição para efeito de aposentadoria.

Com relação aos municípios recebi desde o início do ano, em meu gabinete, em torno de 200 prefeitos, inclusive de outros estados como São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

Até o momento recebi, entre cartas e e-mails, cerca de 70 mil mensagens de todos os recantos do País. São sugestões, comentários, perguntas, agradecimentos, palavras de carinho, enfim, mensagens

que mostram que o cidadão quer participar da vida do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, este breve balanço que fiz dos 100 primeiros dias do meu mandato, foi focado em cinco eixos, que são: a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, política de valorização do salário mínimo, Fator Previdenciário e aposentadorias, relação com os prefeitos e municípios, e processo legislativo.

Para finalizar, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que tenho dezenas de projetos com pareceres favoráveis já apresentados pelos relatores e, portanto, prontos para serem votados, como o da Alta Programada e o que institui Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Destaco ainda que tivemos encontros com a presidente Dilma Rousseff, com o ministro Gilberto Carvalho e com o ministro Garibaldi Alves Filho, onde discutimos alternativas para o fim do fator previdenciário, a valorização do salário-mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está convidado a assumir a Presidência, já que farei uso da palavra neste instante.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como orador inscrito, passamos a palavra de imediato ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Teremos a mesma tolerância que V. Ex^a teve com este orador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, se existe um objetivo nacional que ainda não conseguimos alcançar, apesar dos esforços de alguns setores do Governo Federal, de várias instâncias do Poder Legislativo e de setores bastante representativos da sociedade, esse objetivo seguramente é o da redução das desigualdades regionais.

Em 1988, a nossa Constituição já previu, como objetivo da República, a eliminação das desigualdades regionais. Não se trata, Sr. Presidente, de um objetivo qualquer. Na verdade, estamos falando aqui de uma disposição plasmada no importantíssimo Título I da nossa Constituição Federal. Título, sempre é bom lembrar, é o que estabelece os fundamentos e objetivos essenciais da República Federativa do Brasil, além de elencar os poderes da União e os princípios pelos quais o nosso País deve pautar suas relações internacionais.

Está lá, Sr^{as} e Srs. Senadores, no inciso III do art. 3º:

Art 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Pois bem, ainda assim, ainda que a Constituição determine expressamente que devemos reduzir as desigualdades sociais e regionais, o que se observa na prática é a hegemonia de determinadas regiões sobre outras regiões, de determinados Estados sobre outros Estados.

Falo aqui, Senador Paim, sem nenhum tipo de preconceito ou de rancor. Sendo eu um Senador da região Norte, aliás, do Estado menos populoso da região Norte, não tenho nenhum rancor e até tenho orgulho de que São Paulo, Rio, Minas sejam Estados pujantes. É um orgulho realmente para o Brasil.

Essa hegemonia, todos sabemos, é muito difícil de ser combatida porque baseada em dois níveis de poder especialmente fortes: o poder econômico e o poder político.

Se confrontarmos, Sr. Presidente, o Produto Interno Bruto de cada região de nosso País com a população nela residente, as discrepâncias saltam aos olhos. A região Sudeste, por exemplo, onde vivem 43% dos brasileiros, responde por mais de 56% do Produto Interno Bruto nacional, já o Nordeste, com 28% da população total do País, participa com somente 13% do Produto Interno Bruto.

Então, vejam bem: 43% dos brasileiros produzem 56% do PIB nacional; já o Nordeste, com 28% dos brasileiros, participa com 13%. Será que é por que os nordestinos não trabalham? Não, não é. Com certeza, não é. O que falta realmente é investimento, de fato, nessas regiões.

E a nossa região Norte, Senador Paim, com a baixa densidade demográfica que a faz responsável por meros 8% da população do Brasil, tem um Produto Interno Bruto que representa 5% do Produto nacional. Portanto, 8% da população respondem por 5% do Produto Interno, ou seja, nossa participação percentual, em termos econômicos, consegue ser ainda menor que aquela registrada em termos populacionais.

Quando as comparações são feitas não entre regiões, mas entre Unidades da Federação, os resultados são igualmente impressionantes. Cito apenas um exemplo, que julgo bastante elucidativo: o PIB *per capita* do Distrito Federal – vejam só – é quase o dobro do PIB *per capita* do Estado de São Paulo. Então, o Distrito Federal tem um Produto Interno Bruto *per capita* superior ao do Estado de São Paulo, que, por sua vez, é mais de duas vezes maior que o de Roraima.

Devo dizer, a bem da verdade, que o Produto Interno Bruto *per capita* do meu Estado não se situa entre os mais baixos do País. Alguns Estados, como o Piauí, por exemplo, tem o PIB *per capita* duas vezes menor que o do Estado de Roraima e, portanto, dez vezes menor que o do Distrito Federal, Sr. Presidente.

É claro, Srs. Senadores, que o poderio industrial nos Estados mais desenvolvidos faz com que eles, de certa maneira, sufoquem os Estados mais pobres, primeiro, porque praticamente os obrigam a consumir seus produtos, já que não há investimento por prioridade regional; segundo, exercendo uma influência que chega a extrapolar o campo econômico, vai se manifestar, inclusive, no comportamento social e nos costumes.

Como se tudo isso não bastasse, como se todo esse poder econômico não fosse suficiente para fazer valer os seus interesses, os Estados mais ricos contam também com uma força política bem maior. Eu sei, Sr. Presidente, que a nossa Constituição Federal prevê mecanismos de defesa e afirmação dos Estados mais fracos. A nossa Casa, o Senado Federal, tem a nobre missão de assegurar o equilíbrio federativo, na medida em que cada Estado participa aqui com o mesmo número de representantes, independentemente do número de habitantes e da pujança do seu Produto Interno Bruto.

Ademais, na Câmara dos Deputados, a proporcionalidade em relação ao número de habitantes é condicionada pela exigência de que Estados tenham um mínimo de oito e o máximo de setenta representantes. Não fosse isso, valesse o que se quer, cada eleitor um voto e, portanto, proporcionalmente valesse isso para ter um número equivalente, nós teríamos São Paulo, portanto, pulando para mais de cem Deputados Federais. Hoje, São Paulo sozinho tem mais Deputados Federais do que a região Norte toda, o que é um desequilíbrio político muito violento.

Mesmo assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo que essas disposições constitucionais atuem no sentido da diminuição das desigualdades, também nesse caso o que se observa na prática é a prevalência dos Estados mais fortes. Vou aqui até fazer um parêntese para dar um exemplo atual: nós aprovamos aqui uma medida provisória autorizando a implantação do trem bala no trecho São Paulo-Rio. Necessário? Sim, é necessário. Agora será que não haveria outras prioridades a serem atendidas na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste que pudessem minimizar essa diferença?

Um outro caso recente, aliás, denunciado ontem pela Senadora Vanessa Grazziotin, é que o Governo Federal pretende dar uma série de incentivos fiscais para a instalação de uma fábrica chinesa em São

Paulo, dando isenções que vão desde o PIS e a Cofins, redução do IPI, etc. Enquanto que, por exemplo, essa fábrica poderia ser instalada no polo industrial de Manaus, promovendo um equilíbrio regional adequado, ou numa outra cidade, num outro Estado do Norte do País.

Não deixa de ser natural, por exemplo, que Estados como São Paulo, com 70 Deputados Federais, Minas Gerais, com 53, e Rio de Janeiro, com 46 – só aí, Senador Paim, nós podemos dizer que é praticamente a metade da Câmara dos Deputados – exerçam um *lobby* muito mais efetivo em prol dos seus interesses, tanto no Executivo como no Legislativo, pelos Estados detentores de apenas oito cadeiras na Câmara, como é o caso do Estado de Roraima.

Só para ilustrar também o que afirmo aqui, Senador Paim, está na Câmara, há muito tempo, um projeto de lei autorizativo – portanto um projeto de lei que nem obriga a data que o Governo Federal tem que fazer –, instituindo um colégio militar em Boa Vista, capital de Roraima, e em Rio Branco, Estado do Acre, hoje governado pelo ex-Senador Tião Viana, que foi o Relator do projeto. E eu apresentei o projeto instituindo o colégio militar em Boa Vista; o Senador Tião Viana, como Relator, fez uma emenda acrescentando também um no Acre. Geopoliticamente falando, geoestrategicamente falando, é perfeitamente justificável. E não se vota até hoje na Câmara. Por quê? Porque realmente não há essa visão constitucional, diria assim, de eliminar desigualdades regionais, sequer no que tange à geoestratégia do País na questão da formação dos militares.

Outro projeto meu, um decreto legislativo também dando a autorização para uma construção de uma usina hidrelétrica na região do Cotingo, no meu Estado, também até hoje não aprovado, com sucessivas manobras e postergações na Câmara dos Deputados. E soma-se a isso o poder dos *lobbies* dos grandes Estados do Brasil junto ao Poder Executivo, que manobra a sua maioria e não aprova os projetos que são do interesse das regiões mais pobres.

A consequência é óbvia: menos recursos públicos, menos investimentos governamentais são direcionados para as Unidades da Federação, que, ao menos em tese, seriam as mais necessitadas desse tipo de apoio.

Como diz aquela música: os pobres vão ficando cada vez mais pobres, os ricos ficando cada vez mais ricos, porque, se há investimento cada vez maior nos Estados já ricos e, cada vez menor nos Estados mais pobres, essa equação não se inverterá nunca. E o que é pior, é uma miopia política, Senador Paim, porque se investe mais nos Estados ricos, que teoricamente exer-

cem sobre as populações pobres, os Estados pobres, o atrativo para irem para lá. Então, há uma migração maciça do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, até de profissionais de nível superior para trabalharem naquelas regiões. Com isso, as demandas sociais nessas regiões são maiores. Daí as mazelas a que assistimos nos grandes Estados da Federação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo à Presidente Dilma Rousseff, que tanta sensibilidade tem demonstrado no exercício de sua elevada função, para que olhe com redobrado carinho os elos mais fracos da Federação. É realmente lamentável que isso ainda continue.

Eu fui constituinte, fomos constituintes, e na Constituição de 88, que nós elaboramos e foi promulgada, além de consagrar entre seus princípios fundamentais, no Título I, o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, volta ao tema mais à frente, ao tratar dos orçamentos da União.

Dispõe o art. 165, em seu § 7º, que o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, diz textualmente, terá entre suas funções a de reduzir desigualdades interregionais.

Então o Governo Federal vem descumprindo dispositivos constitucionais.

Eu até acho que este pronunciamento que faço hoje, depois de algum tempo no Legislativo, nos leva a pensar: temos, então, que judicializar essa questão também, porque não é possível que o Governo Federal não cumpra a Constituição e o Poder Legislativo seja conivente e até haja no sentido de não cumprir e essas desigualdades continuem.

Diz mais o § 7º do art. 165, estende essa função de reduzir as desigualdades interregionais ao orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto.

Não conheço, Senador Paim, nenhuma dessas empresas que tenham dado preferência a investimentos na Região Norte, por exemplo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos à mão os instrumentos necessários. A própria Constituição, ao mesmo tempo em que nos coloca uma obrigação, a de reduzir as desigualdades regionais, indica também os mecanismos por meio dos quais poderemos cumpri-la.

Se todos sonhamos, muito apropriadamente, com um Brasil mais justo, mais equânime, mais equilibrado, se todos sonhamos com uma pátria que ofereça a cada um de seus cidadãos e cidadãs as mesmas garantias básicas e as mesmas oportunidades, esse resultado

somente será obtido se reduzirmos, com a urgência que se faz necessária, as brutais diferenças entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do País, entre os Estados econômica e politicamente mais fortes e aqueles que ainda lutam por um lugar ao sol.

Quero deixar este pronunciamento, nesta manhã de sexta-feira, para a reflexão do Senado Federal primeira e primordialmente, porque aqui representamos os Estados, somos responsáveis pelo equilíbrio da Federação, e para a Presidente Dilma, que começa um Governo em que estabelece como prioridade justamente erradicar a miséria.

Ora, Senador Paim, erradicar a miséria aonde? No Brasil todo? E miséria no sentido amplo passa pela eliminação das desigualdades regionais, senão, em imensas regiões como Norte e Nordeste, a miséria será apenas minimizada, já que não há investimento na geração de empregos, na qualificação da mão-de-obra.

Infelizmente, citei aqui o exemplo do trem-bala e da fábrica de *tablets* chinesa que deve ser instalada em São Paulo, mas inúmeros outros investimentos de grande porte são feitos nessas regiões mais ricas, notadamente nestes três Estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, pelo poder econômico e pelo poder político que têm.

Se não olharmos para os mais fracos elos da Federação, não teremos uma Federação equilibrada. E cabe ao Senado realmente zelar por isso, porque na Câmara, embora estranhemos, é compreensível que Deputados dos Estados mais ricos lutem para ter mais apoio e investimentos, como de fato vêm tendo.

Eu espero realmente que a Presidente Dilma possa reverter essa questão e que o Congresso Nacional, traduzindo claramente, a Câmara e o Senado, mude de postura.

Vou promover uma conversa entre os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para que nós possamos ter uma postura mais pró-ativa em defesa dessas regiões mais pobres do Brasil.

Quero agradecer, Senador Paim, o tempo que me foi concedido.

Encerro o meu pronunciamento fazendo este apelo para a reflexão e providências a fim de eliminarmos as desigualdades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu pronunciamento.

Se V. Ex^a puder presidir nos ajuda.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, mais uma vez, a quem passo a Presidência dos trabalhos.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra neste momento ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg, que me cedeu a vez por um compromisso que tenho, daqui a pouco, no Ministério do Meio Ambiente, pedindo desculpas porque, dependendo da hora em que ele falar, não estarei aqui. Gostaria muito de debater, porque vou falar sobre o mesmo assunto que, a meu ver, deve dominar as discussões nesta Casa nas próximas semanas ou talvez meses, que é o problema da reforma política tão esperada.

Senador Rodrigo Rollemberg, preparei um texto que estou distribuindo à sociedade civil em geral, nas universidades, nas casas das pessoas e, obviamente, aos Parlamentares que estão diretamente envolvidos na reforma política, já que não estou na comissão específica.

O que eu creio que tem de diferente nesse texto em relação às outras falas sobre reforma política, o que eu creio que tem de diferente é que tentei fazer uma reforma política e não uma reforma eleitoral apenas. Uma reforma, portanto, que tem cinco capítulos e não um só, eleitoral.

O primeiro, é claro, e o que interessa mais a todo mundo é o capítulo da reforma eleitoral, em que trato, é claro, do voto: se é por lista ou não. Eu defendo, Senador Mozarildo, que o voto em lista é importante para fortalecer os partidos, mas não pode tirar poder do eleitor.

A proposta que faço, que exige uma análise técnica da caixinha onde a gente vota, é que o eleitor aperte o nome do partido que ele quer, mas aí apareça a lista dos candidatos desse partido em ordem alfabética ou por sorteio, e não pela escolha dos dirigentes. Nesse momento, o eleitor escolhe quem ele quer daquele partido.

Eu defendo que temos que ter sim um financiamento que elimine essa coisa horrível não só da corrupção, do caixa dois, mas também do poder econômico, dizendo de antemão quem serão os próximos parlamentares, que serão, quase sempre, os que têm mais dinheiro de campanha. Só que, antes do fundo público de campanha, eu defendo uma radical redução no custo da campanha.

O setor público, o contribuinte – você que está me ouvindo – pagar o fundo público com os gastos atuais

é um equívoco. Nós temos que reduzir. Por exemplo, o programa eleitoral é mais marketing do que exposição de ideias. Vamos fazer um horário eleitoral com a presença do candidato. Se não ao vivo, gravado, mas sem todo esse custo imenso dos marketings.

Eu defendo que o fundo público possa ser de duas formas: voluntário – é público porque é de todo mundo, mas cada um diz quanto quer colocar, desde que empresas não possam participar – ou que seja público do Estado brasileiro. Eu não vejo problema. Alguns reclamam, mas nós pagamos a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral é cara – e tem que ser. Mas essa Justiça Eleitoral, ninguém pensa em privatizar. Se a gente não privatiza a Justiça Eleitoral, como é que privatiza a campanha? Então, isso justificaria o fundo público.

Eu defendo a possibilidade de perda do mandato, imediatamente, daqueles que não cumprirem essas regras de financiamento.

Agora, no que se refere ao tipo de voto, eu proponho que o voto municipal seja todo distritalizado. Creio que essa é uma posição do Senador Rodrigo também, ou outra com que nós concordamos aqui. Para eleger um vereador, não tem problema que o voto seja distrital, porque a campanha para vereador não é ideologizada, diferente para Deputado Estadual, Federal ou Senador. Então, pode ser distrital. Todo, Senador Eurípedes, todo vereador eleito por distrito.

No que se refere aos Deputados, eu defendo que uma parte dos Deputados Estaduais seja eleita pelo voto distrital e outra parte pelo voto estadual, que é um distrital misto.

No que se refere ao Deputado Federal, eu defendo que haja 40% dos Deputados Federais eleitos por distrito naquele Estado, que 50% dos Deputados Federais sejam eleitos pelo seu Estado e 10% sejam eleitos pelo voto nacional – Deputado Federal eleito nacionalmente.

Essa é uma maneira de você trazer para a Câmara Federal os grandes nomes do País, pessoas que, às vezes, não conseguem o voto na sua base porque adquiriram uma dimensão muito grande. Vou citar aqui o nome de Ulysses Guimarães, que, em certo momento, corria o risco de não ganhar a eleição em São Paulo. Os presidentes de partido, certamente, teriam uma chance de virar Deputados Federais.

Eu defendo o fim da reeleição para os cargos executivos, mas também a proibição de reeleição consecutiva para qualquer cargo.

É a maneira de quebrar a profissionalização da política. Um Deputado pode ser eleito uma vez e ser reeleito uma vez, não outra vez. Ele pode continuar na política? Pode, se candidato a vereador, a governador,

a outras funções. E, daí a quatro anos, pode outra vez ser candidato a Deputado Federal ou Estadual, ou a vereador e também ao Senado.

Nós, com isso, perdemos grandes nomes. Eu cito Pedro Simon; eu cito Paulo Paim, que já estão aqui há mais de dois mandatos. Mas acho que eles seriam ainda maiores se, nesses três, quatro mandatos, eles tivessem passado um período com outros cargos, fora daqui, até para descobrir que existe vida fora do Congresso.

Defendo, sim, e a Comissão adotou, a possibilidade da candidatura avulsa. Não vejo por que proibir uma pessoa de ser candidata porque não quer ser de nenhum dos partidos que estão aí, desde que ela tenha um número substancial de pessoas dando apoio. Eu defendo o direito de se desligar do partido, porque nossos partidos, muitas vezes, traem a nós, candidatos. Agora, quem se desligar de um partido não pode entrar em outro, ficará até o fim do mandato na mesma situação de independente. Portanto, vai ter muita dificuldade em se reeleger, porque só poderia ser candidato avulso; não poderia ser candidato por nenhum partido na eleição seguinte.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB - DF) – Senador Cristovam, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Senador Rodrigo.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB - DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento, sempre trazendo novidades, inovando nas suas idéias. Mas quero discordar de algumas das sugestões que V. Ex^a apresenta. Eu terei a oportunidade de ocupar a tribuna, em seguida, para falar da proposta de emenda à Constituição, que começou a ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável do Senador Lindbergh, de minha autoria, que reduz o número de assinaturas para os projetos de iniciativa popular. Estou dizendo isso porque tenho muita dificuldade de aprovar qualquer medida que restrinja ou que reduza a vontade do eleitor. Entendo que a proibição, por exemplo, de mais de uma reeleição para cargos legislativos, parece-me uma redução da vontade do eleitor. V. Ex^a deu o exemplo de dois Senadores brilhantes - o Senador Pedro Simon e Paulo Paim, como também o Senador Antonio Carlos Valadares - que, se tivéssemos a vigência de uma lei como essa, não poderiam voltar a representar os seus Estados. Entendo que quem tem de definir se o parlamentar deve ou não continuar representando a população daquele estado ou aquele estado é a população, pelo voto. Então, eu não estou convencido de que essa seria uma boa medida. Também tenho dificuldade de apoiar o voto distrital, ainda que seja o voto distrital misto, mesmo

em Municípios. É importante ressaltar que temos Municípios com características de cidades muito grandes, maiores do que alguns Estados, como é o caso do Município de São Paulo e do Município do Rio de Janeiro. O voto distrital, no meu entendimento, produz uma distorção na representação popular, porque dificulta a participação das minorias. A gente sabe que o processo político é muito dinâmico. Muitas vezes, uma tendência, uma corrente que é minoria, hoje, pode se transformar em majoritária, no futuro, com a evolução e transformação da sociedade. Eu entendo que o voto proporcional representa, proporcionalmente, todos os setores e segmentos existentes na sociedade, portanto o considero mais apropriado para a representação. Mas ouço com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, saudando-o pelas inovações que traz ao debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Rodrigo, acho que o bom é quando as pessoas discordam. Esta Casa deveria ser cheia dessas discordâncias, até para que a gente aprenda e se corrija, ou compre a briga e continue defendendo.

Eu continuo defendendo que o voto distrital misto, ou seja, uma parte eleita pelo distrito, permite aproximar o candidato do eleitor e guarda o Deputado eleito proporcionalmente para as grandes causas daquele Estado. Eu combino os dois. Mas é um assunto, de fato, para ser debatido.

Apoio totalmente a sua proposta de reduzir o número de assinaturas – e está aqui também – para que os trâmites dos projetos de lei iniciados na população possam ser bem mais rápidos. Então, creio que nós podemos continuar debatendo e não há nenhum problema.

Quanto à reeleição consecutiva, tenho a impressão de que a gente perde alguns, mas também se livra de muitos, quando não permitimos que fiquem por mais de dois mandatos. Além disso, é bom, para a experiência de quem está com um mandato, ser obrigado a buscar outro mandato, em outra Casa, ou até ficar fora da política. O ideal é que cada um de nós tivesse de ficar um tempo fora da política, ao longo da nossa vida útil, voltando às suas funções, para não perder a profissão, como muitas vezes acontece. Mas é um assunto para se debater.

Eu defendo que a corrupção de políticos seja tratada como crime hediondo. Também defendo o impedimento de alianças para cargos majoritários no primeiro turno. Essas alianças, no primeiro turno, fazem com que haja partidos de aluguel. Se todo partido for obrigado a lançar candidato para prefeito, governador e Presidente, a gente vai ter uma redução natural no número de partidos.

Nós temos que limitar a publicidade governamental.

É uma vergonha que, com o dinheiro do eleitor, do contribuinte, o partido no governo gaste um dinheirão para divulgar suas obras. Ele tem que divulgar campanhas sociais: as “gotinhas”, campanhas educativas, mas divulgar as suas obras com o dinheiro público é campanha eleitoral, sim, o que estão fazendo, já visando a próxima eleição.

Eu defendo - e esse é um assunto que me tira muito voto -, eu defendo que a omissão do eleitor seja punida, ou seja, vamos falar com clareza: que o voto continue obrigatório. Porque eu vejo o processo eleitoral não só com um direito, mas como obrigação. Eu vejo não só como ato político, mas também como ato pedagógico. Se o voto fica livre, não vamos ter mais de 30% votando, ou 40%, ou 50%, como nos outros países, mas pior: não vamos ter mais de 10 ou 20 prestando atenção.

Uma das coisas boas da campanha eleitoral é o envolvimento das crianças reconhecendo os candidatos. É porque é obrigatório; é porque faz com que elas se interessem. Eu acho que deve ser. Só que eu creio que, em vez de pagar em dinheiro, o eleitor que não votasse deveria ser obrigado a ficar uns cinco dias assistindo aula sobre ética, política e democracia, como fazemos hoje com quem tem muita penalidade no trânsito.

Eu defendo que o eleitor possa cassar candidatos já eleitos, desde que não seja ele, mas que, com um grande número de abaixo-assinados, pedindo revisão do mandato, a Justiça possa, sim, abrir um processo contra.

Eu defendo que, a cada seis meses, o eleito tenha que fazer uma assembléia, convocada pelos jornais, com os eleitores, e não só os seus eleitores, todos aqueles que tiveram títulos de eleitor, para que ele vá lá se expor, ouvir as críticas. Isso do ponto de vista que chamo eleitoral. Do ponto de vista legislativo que é a grande crítica. Esta semana aqui tivemos bons debates não sobre a refundação do Congresso, mas sobre a reafirmação do Congresso, que hoje não existe. Dos 80% de medidas provisórias, 5% sai da Justiça e só ficamos com 5% das leis. Que as sessões ordinárias sejam de segunda a sexta, durante três semanas por mês. Na última semana, cada parlamentar vai para as suas bases. Esse é uma forma de conviver, participar, parlamentar. Quando começamos a encontrar um caminho, todo mundo se afasta; e nós todos - não vamos fazer diferença, que há uns que fazem e outros, não -, nós todos, uns mais, outros menos, mas nós todos.

O fim do recesso parlamentar. Ficamos apenas com férias, como todo mundo.

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito permanente. É ruim, a cada vez que surge um fato, a gente ter que criar uma nova comissão. Às vezes, essa comissão é fruto de barganhas. Vamos ter uma comissão escolhida com muito rigor e, toda vez que houver um fato errado por aí, essa comissão já se reúne.

O fim do voto secreto e do voto por liderança. Já é quase um consenso acabar com o voto secreto aqui, mas me incomoda profundamente ver as coisas aprovadas aqui quando dizem “quem estiver de acordo fique sentado” ou então quando se diz “as lideranças ficaram de acordo, e foi aprovado”. Quanta coisa foi aprovada aqui em meu nome sem nem perceber. Todo mundo tem que saber em que cada parlamentar votou a cada vez.

Eu creio – e o Senador Rodrigo vai estar de acordo – que a gente precisa adotar rotinas de votação com consultas populares pelos modernos meios de tecnologia. Não é dizer que o voto de uma lei será feito pela Internet, mas eu creio que, na hora de votar qualquer coisa aqui, a Mesa deveria dizer: “Tal assunto foi pesquisado, e a resposta do eleitor foi tal; 80% é contra esse projeto”. No entanto, a gente teria o direito de votar a favor, porque o eleitor tem uma visão de curto prazo, e o papel do parlamentar é olhar a longo prazo. Mas que se saiba que se está votando contra a opinião pública, quando for preciso.

A facilidade para iniciativas e processamento de legislação participativa. Redução do número de assinaturas de eleitores para dar início ao processo legislativo. Isso aqui é apenas uma ideia. No caso do Senador Rodrigo já é um projeto de lei, e eu o parabeno por estar fazendo isso.

Fim da verba indenizatória e garantia, sim,... Temos que reconhecer que os parlamentares de fora de Brasília precisam de ter alojamento aqui. Os daqui, não, mas os de fora precisam. Então, garantia de moradia para parlamentares que não sejam do Distrito Federal. Isso resolve dois capítulos.

Quero falar ainda, se houver tempo, do Executivo, do Judiciário e do cultural, mas o Senador Rodrigo pediu a palavra outra vez.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez, prezado Senador Cristovam, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, pela defesa da ampliação dos instrumentos de participação popular e registrar que, coerente com o meu pensamento de que nós devemos sempre caminhar no sentido de ampliar os instrumentos de participação popular, terei oportunidade de falar sobre isso na tribuna. Mas eu gostaria de ouvir os comentários de V. Ex^a, porque eu também reapresentei – já tinha apresentado na Câmara e apresentei

agora no Senado – uma proposta de emenda à Constituição que prevê a eleição direta para os administradores regionais. Quero registrar e vou reiterar da tribuna que não tenho o objetivo de criar Município – sei que isso é proibido na Constituição para o Distrito Federal, que é uma unidade indivisível – nem de criar Câmara de Vereadores nem de aumentar despesa, mas apenas ampliar os instrumentos de participação popular. A gente percebe que esse fato está se repetindo no atual Governo – Governo que eu apoio –, em que muitos administradores regionais em algumas cidades do Distrito Federal sequer moram nas cidades. Portanto, eu vou apresentar e quero discorrer um pouco sobre isso. Já apresentei a Proposta de Emenda à Constituição que prevê a eleição direta dos administradores regionais do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quando o senhor disse “eu também apresentei”, pode-se interpretar de duas maneiras: “eu também”, porque o senhor já falou de outra, ou “eu também”, como se outro tivesse apresentado isso. Na verdade, o senhor foi o único que apresentou isso, e eu sou favorável. Sou favorável, sim, a que haja essa consulta ao eleitorado, que eleição é uma palavra para saber quem vai ser o administrador.

Fui governador e cheguei a pensar nisso, tentei pensar nisso. As forças que faziam o governo foram contrárias, porque, de fato, naquele momento havia uma força tão grande na oposição, inclusive de dinheiro, que se chegou à conclusão de que eles comprariam todos os processos eleitorais. Mas foi um erro meu, como governador, não ter enfrentado isso, mesmo que perdesse as eleições em todas as administrações, em todas as cidades. Tem todo o meu apoio para isso.

No que se refere ao Executivo, Senador, eu proponho uma coisa: a perda do mandato do parlamentar nomeado para cargo de ministro ou secretário de Estado ou secretário de uma cidade. Quando o Presidente nomeia o ministro – e isso aconteceu comigo – e ele não renuncia, passa a ter um voto aqui dentro, porque ele pode tirar o suplente. O mesmo com o prefeito. Quando o prefeito nomeia um secretário, ele tem um voto garantido para ele na Câmara de Vereadores, porque, qualquer coisa, ele devolve o secretário dele.

Quer ser ministro, quer ser secretário, renuncie. O suplente assume. É assim em muitos lugares. O Presidente do Banco Central, Meirelles, teve que renunciar ao mandato recém-conquistado para ser Presidente do Banco Central. Por que o Ministro da Fazenda não precisa renunciar?

Então isso não é novidade. Isso é assim em muitos países, muitos. Eu diria que na maioria.

Obrigatoriedade de governador, de prefeito, de presidente cumprirem seus mandatos até o final. É ruim esse assunto que o governador renuncie faltando 6 meses para a eleição. Continua com toda a influência da máquina e é candidato. Tem que ficar até o final do mandato. Fica 4 anos sem mandato. A gente tem que acabar com essa ideia de que mandato tem que ter a vida inteira. Então, ele não pode ser candidato.

Mandato e seleção para Presidente do Banco Central. Eu defendo que o Presidente do Banco Central tenha mandato e que a seleção seja feita com a participação mais intensiva do Senado.

Limite no uso de medidas provisórias: isso a comissão está trabalhando bem.

Voto de desconfiança a ministro: sei que isso é sobretudo em sistemas parlamentaristas. Mas por que não o voto de desconfiança feito pelo Congresso quando o ministro não merece a confiança do Congresso e, portanto, não deve continuar ministro, mesmo que tenha o apoio do presidente? Então, a possibilidade de voto de desconfiança de ministro dará força ao Congresso.

Comparecimento do Presidente ao plenário do Congresso todo ano para ler sua mensagem. Essa é proposta do Senador Suplicy. O Senador Suplicy tem essa proposta correndo. Hoje, o Presidente só precisa vir aqui no primeiro ano.

No Judiciário são apenas duas medidas. Eu acho que a indicação de ministro para o Supremo como é hoje não é correta. O Presidente escolhe o ministro, é ele quem escolhe, e a gente faz de conta que sabatina. A máxima sabatina aqui durou três ou quatro horas. Nos Estados Unidos algumas sabatinas já duraram sete meses. Mas para mim a maneira certa não é essa; é o presidente enviar três nomes, e o Congresso escolher um. Aí, sim, a sabatina vai pegar fogo. Aí, sim, a gente vai levar a sério a escolha de ministro.

Do ponto de vista cultural, Senador Mozarildo – e desculpe tomar tanto tempo –, creio que a gente tem que levar em conta, Senador Rodrigo, que não há reforma política completa se não houver mudança cultural na cabeça dos brasileiros. Por isso, o fim do analfabetismo tem que ser ponto de honra da reforma política. Quatorze milhões de eleitores não sabem ler; isso dificulta o processo político.

Eu creio que uma revolução educacional neste País faz parte da reforma política, mas também faz parte da reforma política, por exemplo – isso os neurolinguistas explicam bem –, os nomes que nós temos. Quando uma pessoa acorda de manhã e diz “hoje eu vou votar para escolher um deputado”, ela já diz com raiva. Ela poderia dizer “hoje eu vou escolher

o meu representante na Câmara dos Deputados”. É outra coisa.

Mais uma vez, não estou inventando nada. Nos Estados Unidos não se chama deputado. A expressão *deputy*, do inglês, quer dizer “sub”; *deputy secretary* é o subsecretário. Lá há os representantes do povo na Câmara. E senador deveria ser chamado representante do Estado. Deputado não sei o que significa, mas senador significa velho. Aqui há gente jovem, como o Senador Rodrigo. Por que a gente não denomina representante do Estado? Pode até combinar – senador representante do Estado, deputado representante do Estado –, mas é preciso criar isso na cabeça das pessoas.

Eu não vejo uma reforma política séria se a gente não fizer a chamada Comissão da Verdade para saber o que aconteceu nos 21 anos de ditadura militar. Faz parte da reforma política a Comissão da Verdade; faz parte simplificar os códigos civis; faz parte o povo saber como o Orçamento público é definido; faz parte envolver a sociedade, especialmente a juventude, no processo político.

Defendo, a propósito, outra coisa que me tira muitos votos: eu defendo o serviço militar obrigatório no Brasil. Faz bem à juventude o serviço militar, sobretudo se a gente modificar o serviço militar, nele colocando a obrigatoriedade de adquirir um ofício, noções de cidadania, de patriotismo. Durante meu tempo de Governador, eu costumava visitar as prisões aqui, a Papuda e mesmo as cadeias das delegacias. É raro você ver um preso que fez o serviço militar. É verdade que é uma questão de probabilidade, já que são poucos no Brasil os que fazem o serviço militar. No serviço militar, você aprende disciplina, você arranja amigos, você pode aprender um ofício.

Estou chegando ao final. Agora, vou citar duas que não estão nesta edição, sairão na próxima edição. Sinceramente, Senador Mozarildo, pode parecer besteira, mas eu me sinto um Senador da República e não um Senador Federal. Nós deveríamos chamar esta Casa de Senado da República e a Câmara deveria ser a Câmara da República.

Em 1967, os militares inventaram de colocar no Brasil o nome de República Federativa do Brasil. Isso não existia. Durante 70 anos, o nome do Brasil foi Império do Brasil, depois foi Estados Unidos do Brasil. Inventaram República Federativa do Brasil. República Federativa é quando partes se juntam para fazer o país – isso aconteceu na União Soviética, nos Estados Unidos –, mas no Brasil o todo é que tem parte. Nossos Estados são partes do todo, não é o nosso todo que é a soma das partes. Acho que a gente deveria voltar ao nome – não voltar, porque ‘Estados Unidos’ também não significaria nada –, ao nosso nome República do

Brasil. Isso nos dá uma totalidade, isso nos dá uma unidade, isso faz com que cada um da gente aqui se sinta participante do Brasil, representando um Estado, e não um representante de Estado participando do Brasil. Vale o mesmo para o Deputado. A Câmara deveria ser a Câmara da República, ainda que, para muitos, isso tudo possa parecer tolice.

Finalmente, algumas medidas moralizadoras. Divulgação, em tempo real, de todos os gastos de cada Parlamentar, inclusive seus salários e a soma dos salários do pessoal de seu gabinete.

Colocar o salário de cada um pode ser uma intromissão, mas a soma não.

Todo eleito e ocupante de cargo de confiança deverá passar, obrigatoriamente, pelo pente-fino da Receita Federal. Isso é até bom para a gente. A gente ganharia uma assessoria gratuita para saber os erros que cometeu, os que querem corrigir os seus erros, na declaração do Imposto de Renda.

Considerar falta de decoro o eleito usar os serviços privados, em vez de se usar os serviços públicos. De educação, já tem um projeto meu, mas acho que de saúde a gente deveria ter a coragem também de dizer isso. Eu não tive, não coloquei a saúde. Era uma briga grande demais. Mas somos os zeladores da coisa pública e nos protegemos na coisa privada. Temos que ter coragem de mudar isso, embora a gente possa dar um tempo para que isso aconteça.

Fim dos salários adicionais.

Eliminação do foro especial. Por que ter foro especial?

Eliminação do sigilo fiscal e bancário para todo ocupante de cargo público eletivo ou nomeado em cargo de confiança também. Mas aí se diz: “Mas um empresário que não tem sigilo bancário entra com muita desvantagem.” Muito bem, então, não se candidate. Ele diga: “O sigilo bancário é muito importante para a minha atividade. Eu não vou ser político.” Mas, se quer ser político, tem que perder essa situação.

Limitação dos reajustes de salários vinculando com os salários de outras categorias.

Acabar com isto de que os corruptos aposentados mantêm a aposentadoria integral. Não faz sentido isso. Tem que ter o limite na aposentadoria que a gente vê.

Finalmente, talvez a mais polêmica de todas as propostas, uma medida provisória. Defendo que este País está precisando de uma moratória partidária. Durante seis meses, quem quisesse poderia mudar de partido e criar partido. Talvez seja preciso mais de seis meses. Mas, hoje, os partidos que estão aí são uma amarra que não correspondem ao sentimento das pessoas que estão nele. A prova é como? O Governo tem

uma maioria, quando a gente fala em partidos, e essa maioria se quebra quando vai lutar o Código Florestal, porque o Código Florestal exige posições ideológicas e interesses financeiros. Aí se divide tudo.

A gente precisa fazer com que nossos partidos sejam refundados. Todos eles, não faço exclusão. Nisso, é preciso que aqueles que aqui estão tenham um tempo para formar novos partidos, mudar de partidos, com bases ideológicas.

Sr. Presidente, creio que deu para ler praticamente tudo dessa cartilha que tenho distribuído, tenho debatido. Tenho escutado muitas críticas, como as construtivas recebidas pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Coloquei no meu *twitter*, no *blog*, no *site* para provocar um debate, inclusive dessas ideias que podem parecer ingênuas, de mudança de nome, mas que a longo prazo têm um efeito muito importante, do mesmo jeito que teve um efeito trágico a mudança do nome Bolsa Escola para Bolsa Família. A mãe que recebia a bolsa escola pensava: eu recebo bolsa escola, porque meu filho estuda. A que recebe Bolsa Família pensa: eu recebo essa bolsa, porque minha família é pobre. Isso provoca uma revolução mental, que foi negativa no caso da Bolsa Família. E eu acho que podemos fazer algumas que venham a ser positivas, para fazer a recuperação da política brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo.

Era isso que eu tinha para colocar.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB, do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pelo seu pronunciamento, que traz aqui um debate sobre vários pontos da reforma política, alguns com os quais concordo, outros dos quais discordo.

Quero registrar que, no meu entendimento, o fundamental, nessa reforma política, é a ampliação dos instrumentos de participação popular. Entendo – e, por isso, participo da Frente Parlamentar pela Reforma Política – que, se não houver uma participação política efetiva do conjunto da população, não teremos uma reforma política profunda, uma reforma política que efetivamente altere o sistema político e eleitoral brasileiro. Digo isso, porque todos os Deputados e todos os Senadores que se elegeram o fizeram por esse sistema político. Portanto, é claro que a tendência natural é a de manutenção desse sistema.

Apresentei duas propostas coerentes com o meu pensamento de ampliar os instrumentos de participa-

ção popular e gostaria de dialogar com a população, neste momento, a respeito desse projeto.

Primeiro, é uma proposta de emenda à Constituição que começou a ser debatida na Comissão de Constituição e Justiça, nesta semana, que teve o parecer favorável do Senador Lindbergh, que reduz o número de assinaturas para os projetos de iniciativa popular. Estou absolutamente convencido de que essa proposta significa um avanço no fortalecimento da democracia, especialmente no momento em que vivemos o nosso maior período de democracia da nossa história.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que contradição.

Os partidos políticos no Brasil têm o monopólio da representação política. V. Ex^a, Senador Mozarildo, só está aqui porque é filiado a um partido político, o Senador Cristovam só está aqui porque é filiado a um partido político, o Senador Roberto Requião só está aqui porque é filiado a um partido político, assim como qualquer deputado federal, qualquer deputado estadual, qualquer vereador, qualquer prefeito e qualquer governador. Há uma necessidade, para disputar um mandato, de estar filiado a um partido político, o que mostra a importância do partido político em nosso sistema político eleitoral.

No entanto, hoje, para apresentar apenas um projeto de iniciativa popular há uma exigência muito maior em número de assinaturas do que para a criação de um partido. Hoje, para se criar um partido no Brasil, a exigência é que se tenha 0,5% de assinaturas do número de votos válidos da última eleição para deputado federal e que essas assinaturas estejam distribuídas em pelo menos nove Estados, com pelo menos 0,1% de eleitores por Estado. Ora, isso dá, em função dos números da nossa última eleição, em torno de 490 mil assinaturas para a criação de um novo partido político, a exemplo do que vem sendo feito agora, liderado pelo Prefeito Kassab, com o PSD.

Para apresentar um projeto de iniciativa popular, que foi um avanço trazido pela Constituição de 1988 – e queremos aqui registrar esse avanço –, é necessário 1% de assinaturas, tendo como base o número total de eleitores do País. Ou seja, além de exigir o dobro do percentual exigido para a criação de um partido político, tem como base não o número de eleitores da última eleição, mas o total de eleitores inscritos nacionalmente, o que faz com que a exigência seja de 1,3 milhão de assinaturas para a apresentação de um projeto de iniciativa popular.

Então, apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, Senador Mozarildo, que adota os mesmos critérios utilizados para a criação de um partido para os projetos de iniciativa popular. Mas fazemos

algumas outras inovações. Propomos que, da mesma forma que a população pode apresentar um projeto de lei ordinária, ela possa também apresentar uma proposta de emenda à Constituição, que será analisada pela Câmara e pelo Senado, em dois turnos, exigindo três quintos dos votos, como acontece com qualquer projeto de iniciativa de qualquer parlamentar, que tem que ter o apoio de pelo menos um terço da Casa, mas que coloca a decisão final para o Senado e para a Câmara, exigindo o mesmo quórum especial, exigindo a votação em dois turnos, e dá também a oportunidade de a população se organizar, se mobilizar para apresentar uma proposta de emenda à Constituição.

O Senador Lindbergh apresentou uma emenda que considero razoável, adotando, para o caso de propostas de emenda à Constituição, um número de assinaturas um pouco maior do que para apresentação de projetos de lei ordinária. Ele propõe 0,7%, quando, originalmente na nossa proposição, apresentamos 0,5%.

Ainda proponho outra novidade: o projeto de iniciativa popular passaria a tramitar, em função até do grande esforço de mobilização da população para apresentá-lo, em regime de urgência, salvo se houver deliberação em contrário do Plenário da Câmara ou do Plenário do Senado, mais uma vez colocando a decisão definitiva nas mãos do Plenário da Câmara ou do Plenário do Senado, mas dando a preferência para os projetos de iniciativa popular.

Entendo que, até do ponto de vista pedagógico, essas proposições convidam a população a participar do debate político, a participar da vida política. E é importante ressaltar que as propostas de iniciativa popular contribuíram muito para aperfeiçoar, para melhorar, para moralizar o sistema político brasileiro.

Lembro que são de iniciativa popular o projeto que torna crime a captação ilícita de sufrágio, a compra de voto, e também a tão debatida Lei da Ficha Limpa, que, no entendimento do Supremo Tribunal Federal, só produzirá efeitos completos a partir da eleição de 2012, mas, pelo grande debate que produziu na sociedade, já produziu efeitos políticos concretos já nessa eleição.

Quero também registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares – estou vendo ali o nosso Eurípedes Camargo, suplente do Senador Cristovam, foi Senador aqui nesta Casa –, que apresentei também, eu e o Senador Eurípedes, uma proposta de emenda à Constituição que prevê a eleição direta para os administradores regionais no Distrito Federal. O Distrito Federal é uma unidade indivisível, diferenciada, como prevê a Constituição, e temos muito claro que nós não podemos dividir o Distrito Federal em Municípios, e eu

não proponho a divisão do Distrito Federal em Municípios, como não proponho a criação de câmara de vereadores, como não proponho também qualquer aumento de despesa.

Apenas proponho que, com o aprofundamento da democracia – essa é uma tendência natural, inclusive com a utilização dos meios de comunicação e informação, as tecnologias de comunicação e informação –, nós tendemos a, num futuro próximo, fazer consultas diretas, aceitar assinaturas digitais para projetos de iniciativa popular. O que eu quero é ampliar os instrumentos de participação popular e fazer com que quem escolha o administrador de Ceilândia, de Samambaia, de Taguatinga, do Gama, de Planaltina, de Sobradinho, do Guará, do Cruzeiro, enfim, de todas as regiões administrativas do Distrito Federal, seja a população.

Eu acho absolutamente lógico, absolutamente legítimo que as pessoas que moram na cidade, que vivem o dia a dia dos problemas da cidade, que não são poucos – problemas na área de saúde, na área de segurança, na área de transporte –, e que conhecem as pessoas da cidade, as lideranças da cidade, a trajetória das pessoas da cidade, que elas tenham o direito de escolher quem são as pessoas que vão administrá-las. Mas aí as pessoas, alguns críticos da proposta, levantam: – Mas as regiões administrativas não têm autonomia financeira, não têm autonomia política, como seria isso?

Eu digo que é claro que precisamos fazer um esforço para organizar a gestão, não é uma coisa simples, mas é absolutamente factível. Mas digo que, ainda que mantivéssemos – e vou fazer uma proposta diferente – o atual sistema, em que as regiões administrativas não têm autonomia política e econômica, ainda assim, no meu entendimento, seria muito melhor, seria legítimo que a população escolhesse o seu administrador regional e não que simplesmente houvesse a indicação feita pelo Governador, muitas vezes em função das negociações políticas, refém de negociações políticas, da necessidade de fazer majorias na Câmara Legislativa, porque, muitas vezes, Senador Mozarildo, o administrador regional serve mais ao Deputado que o indicou do que ao conjunto da população.

Para quem estiver me ouvindo aqui, falo principalmente à população do Distrito Federal – tenho certeza de que a grande maioria vai concordar com esta minha afirmação –, informo que ainda, infelizmente, na Capital da República – assim também seria onde tivéssemos indicações similares –, grande parte dos administradores regionais do Distrito Federal serve mais ao padrinho político que o indicou do que ao conjunto da população. Muitos são incapazes de tomar uma decisão sem ouvir... Recentemente houve a

demissão do administrador regional de uma cidade porque o Deputado que o indicou discordou da indicação de um assessor.

Temos que modificar essa prática, que continua neste Governo e que, aliás, foi adotada em todos os Governos do Distrito Federal, sem exceção, de os administradores regionais nomeados pelo Governador poderem não morar nas cidades que administram. Estamos falando de cidades, Senador Mozarildo, como a Ceilândia. Atualmente, o administrador mora lá, mas já tivemos vários administradores regionais que não moravam na cidade. Ceilândia é uma cidade com mais de 400 mil, talvez 500 mil habitantes, que tem mais de 300 mil eleitores e está entre as cem maiores cidades brasileiras. Como podemos admitir que uma pessoa que não mora lá, que não conhece a cidade...

No Governo passado, houve cinco administradores na Ceilândia. Alguns deles, pelo menos três, não moravam lá. Quando a pessoa começa a conhecer a cidade, encerra-se o mandato e ela é trocada. Ou seja, é impossível uma pessoa que não mora na cidade conhecê-la, com todas as suas implicações, com toda a diversidade, com toda a complexidade.

Nós temos a repetição, em algumas cidades do Distrito Federal, dessa prática. Alguns administradores regionais sequer moram nas cidades.

Portanto, eu defendo e tenho a convicção de que, em algum momento... Sei que esse não é um processo fácil, que há um processo de convencimento... Fico muito satisfeito em saber que os três Senadores do Distrito Federal apóiam essa proposta: o Senador Cristovam acabou de declarar esse apoio, o Senador Gim Argello, na semana passada, declarou esse apoio.

Eu não tenho dúvida de que nós caminhamos para o processo de eleição direta dos administradores regionais. Claro que há um processo de convencimento dos Colegas Senadores, dos Colegas Deputados, há uma necessidade de mobilização popular.

Eu já fiz algumas pesquisas, Senador Mozarildo, que mostram que em torno de 80% da população do Distrito Federal quer eleger o seu administrador regional, mas é claro que temos que fazer um esforço de formulação sobre qual seria o melhor modelo de gestão dessas administrações regionais, uma vez que eu defendo que elas não tenham câmara de vereadores, que não haja aumento de despesa e que elas sejam fiscalizadas, como são hoje, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e pelo Tribunal de Contas.

Eu defendo que elas tenham uma autonomia relativa. Por exemplo, que os recursos que são repassados para o Distrito Federal... O Distrito Federal tem um orçamento constituído de transferências do Fundo Constitucional, especialmente para as áreas de Segu-

rança, Saúde e Educação, nós temos a arrecadação dos impostos locais, do ICMS, do IPTU e de outras taxas, e temos as transferências do Fundo de Participação dos Estados.

Eu defendo que essas transferências do Fundo de Participação dos Estados sejam divididas proporcionalmente pela população para as diversas regiões administrativas para que o administrador possa usar o dinheiro para pequenas obras de manutenção da cidade, do dia a dia da cidade.

Estou convencido de que nós precisamos aprofundar esse debate, porque entendo que a autonomia política do Distrito Federal, conquistada na Constituição de 1988, está incompleta, e precisamos garantir a eleição dos administradores regionais.

Isso vai propiciar, meu amigo Eurípedes, um debate permanente nas cidades sobre qual é o papel, quais são as propostas que cada administrador, que cada cidade tem para aquela cidade. E entendo que ninguém melhor do que a própria população para decidir e para gerir os seus destinos.

Sr. Presidente, aproveitando a benevolência de V. Ex^a, quero também registrar o dia histórico que vivemos ontem aqui, no Senado Federal, com uma manifestação muito expressiva de surdos de todo o Brasil. Acho que havia mais de dois mil surdos ontem aqui, no Senado, e na Câmara.

Houve uma audiência pública na Subcomissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, presidida pelo Senador Lindbergh Farias, com a participação muito expressiva do Senador Wellington Dias, onde eles afirmaram, em alto e bom som, que não admitem que nenhuma política pública para pessoas com deficiência, especificamente para os surdos, seja construída no Brasil sem que elas sejam ouvidas, sem receber as contribuições desse segmento, de pessoas que vivem as dificuldades no seu dia a dia e, portanto, sabem o que é melhor para si.

Essa questão é muito importante, Sr. Presidente, porque nós temos que criar, no Brasil, cada vez mais – e este é um dos grandes desafios da nossa democracia –, os instrumentos da participação popular, os instrumentos para escutar os segmentos interessados, porque, muitas vezes, erros são cometidos pelo Governo não por má intenção, mas pela falta de uma interlocução permanente, de uma interação, de ouvir as pessoas interessadas no assunto, as famílias das pessoas interessadas na construção de políticas públicas que sejam melhores para todos.

Refiro-me, por exemplo, às políticas de inclusão desenvolvidas pelo Ministério da Educação em relação às pessoas com deficiência.

O MEC, por meio da Secretaria de Ensino Especial, vem defendendo a extinção das escolas especiais, das escolas bilíngues destinadas aos surdos, das Apaes e que todas as pessoas que são atendidas por essas escolas sejam atendidas nas escolas regulares.

Olha, Sr. Presidente, a intenção é muito positiva. Todos nós, todas as pessoas que participaram, todos os surdos que participaram da audiência pública ontem deixaram muito claro que ninguém é contra a reinclusão social nas escolas regulares, mas isso tem que ser uma opção de cada um, até porque não temos condições hoje de acolher adequadamente as pessoas com deficiência nas escolas regulares do País. Isso é uma realidade. Nós não temos libras nas escolas regulares. Os professores ainda não estão preparados. Então, ao mesmo tempo em que o Estado deve oferecer a alternativa das escolas regulares, o que é importante e para o que devemos caminhar, nós não podemos desativar aquelas escolas especiais que desenvolvem um trabalho igualmente importante.

Eu sou testemunha do trabalho que a Apae desenvolve no Distrito Federal. Eu tive a oportunidade, a felicidade de, como Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, apoiar a Apae aqui em três centros – em Sobradinho, no Plano Piloto e na Ceilândia – e sei o que significa a Apae na qualificação profissional, por exemplo, de pessoas com Síndrome de *Down*. Sabemos da importância que várias escolas especiais têm, inclusive do desempenho do Instituto Nacional de Educação para Surdos.

Portanto, não podemos admitir isso. Acho que há um equívoco na forma como o MEC está querendo implementar a sua política inclusiva. Entendo que os objetivos são os melhores possíveis, mas o MEC está se equivocando por não chamar e não ouvir as contribuições dos segmentos interessados e que vivem os seus problemas no dia a dia.

Hoje, está havendo uma grande caminhada em Brasília, que vai se deslocar do Museu Nacional até a frente do Palácio do Planalto, mas ontem tivemos uma grande manifestação na Subcomissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Quero cumprimentar o Senador Lindbergh, um Senador jovem, que vem para esta Casa com muita vontade de renovação, com muito compromisso, e que assumiu essa luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Tenho certeza que sua passagem nesta Casa vai marcar, como marcou a do Senador Flávio Arns, na defesa dessas pessoas, que precisam ser incluídas de forma adequada.

Registro que o Brasil é um dos países mais desenvolvidos no que se refere à legislação para pessoas com

deficiência. Nós tivemos a oportunidade, na legislatura passada, quando eu estava na Câmara dos Deputados – tive a honra de trabalhar com afinco para isso –, de aprovar a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, uma convenção que criou novos paradigmas da relação do Estado, da relação da Nação, da relação da sociedade com as pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade total.

E é muito importante que algumas reivindicações apresentadas na subcomissão, que devemos levar à direção do Senado, sejam também em relação ao Senado Federal, para ampliar os números de intérpretes de Libras aqui no Senado Federal. Que a TV Senado possa também transmitir toda a sua programação com a tradução feita por intérpretes de Libras, para que possamos dar o exemplo e garantir acessibilidade total a todos os cidadãos brasileiros, independentemente de alguma deficiência eventual que possam ter.

Eram esses os registros que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na manhã desta sexta-feira, aproveitando, mais uma vez, para convidar todos os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras e

toda a população que nos assiste e nos escuta, neste momento, para a Agrobrasil, uma grande exposição de tecnologia para agricultura e pecuária, que se está realizando. É a quarta edição aqui no Distrito Federal. Já é uma das maiores exposições tecnológicas do Brasil. Parece-me que só perde para a Agrishow, em Ribeirão Preto, e que mostra o que há de mais moderno do ponto de vista de tecnologia.

Nós teremos, hoje à tarde, uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quando discutiremos os avanços tecnológicos e a forma de difundir essas novas tecnologias, de como fazer essas tecnologias chegarem também ao pequeno produtor, portanto, de como fortalecer as empresas de assistência técnica e extensão tecnológica no Distrito Federal, no Centro-Oeste e em todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a Sessão às 10 horas e 49 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 17/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
PTB	
	1.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO**

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os
Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾	
Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).

8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).

9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrano e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. Marisa Serrano (MS)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽²⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 03/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das em presas de rádio (inciso I)		
Representante das em presas de televisão (inciso II)		
Representante de em presas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 09.05.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alteração estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 126 páginas
OS: 12353/2011